

Agricultura e Direitos Humanos

Relatório Compreensivo sobre Violações dos
Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC)
e Mecanismos Alternativos de Reparação na
Província da Zambézia, Moçambique



FICHA TÉCNICA

TÍTULO : *Relatório Compreensivo sobre Violações dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC) e Mecanismos Alternativos de Reparação na Província da Zambézia, Moçambique*

AUTOR: *Centro para Democracia e Direitos Humanos(CDD)*

CAPA: *Freepik.com/Medium shot man carrying tool*

DESIGN: CES

Este artigo foi publicado pelo **CDD**, faz parte do projecto é implementado no âmbito do programa **Power of Voices Partnership (PVP) FAIR FOR ALL**, financiado pelo Ministério das Relações Exteriores do Reino dos Países Baixos, e liderado pelo consórcio composto pela **OXFAM Novib, Comissão Huairou, SOMO e Third World Network-Africa (TWN-Africa)**, com duração de cinco (5) anos, cujo objectivo principal é promover o comércio global e cadeias de valor que sejam justas para todos. O projecto faz parte de uma acção global implementada em mais de 10 países, nomeadamente Brasil, Africa do Sul, Gana, Nigéria, Quénia, Uganda, India, Vietname, Indonésia, Camboja, Mianmar e Moçambique.

Para o caso de Moçambique, o **Fair4All** é implementado pela **OXFAM Moçambique, Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD)** e a **Associação de Apoio ao Desenvolvimento (NANA)**, com foco na província da Zambézia, especificamente nos distritos de Mocuba, Gurué, Alto Molócue.



O **Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD)** é uma organização sem fins lucrativos de referência, dedicada à promoção dos direitos humanos, da democracia e da justiça. Com iniciativas inovadoras e impactantes, o CDD atua no fortalecimento das comunidades, incentivando a transparência, a prestação de contas e a governação inclusiva. Seu trabalho destaca-se pelo engajamento da juventude, pela defesa de reformas legais que protejam os grupos mais vulneráveis, pela promoção de políticas fiscais justas e pelo impulso a um desenvolvimento econômico sustentável e sensível às mudanças climáticas. O CDD é um símbolo de transformação social e equidade, comprometido com um futuro mais justo e democrático para todos.



OXFAM

A **Oxfam** em Moçambique é uma organização internacional que trabalha para reduzir a pobreza e promover a justiça social no país. Através de uma abordagem integrada que combina desenvolvimento sustentável, apoio a organizações da sociedade civil e advocacy, a Oxfam foca-se na luta contra as desigualdades estruturais e os impactos das mudanças climáticas. A organização apoia as comunidades mais vulneráveis, com especial atenção às mulheres e aos grupos marginalizados, na construção de resiliência e no acesso a recursos essenciais, como água, alimentação e energia. Além disso, a Oxfam defende a implementação de políticas públicas que garantam um futuro mais justo e equitativo para todos os moçambicanos.



A **NANA** – Associação de apoio ao desenvolvimento, é uma organização da sociedade civil moçambicana, Trata-se de uma organização de direito privado, de carácter social, sem fins lucrativos, não partidária, independente, doptada de personalidade jurídica com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente estudo aborda os desafios enfrentados pelos pequenos agricultores em Moçambique, com foco na província da Zambézia, e a sua relação com as violações dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC). Baseado em uma abordagem metodológica mista, que combina dados qualitativos e quantitativos, o estudo analisa as práticas comerciais abusivas, a exclusão económica e social, e a ausência de políticas públicas eficazes. Os resultados demonstram que barreiras estruturais, como acesso limitado a infra-estruturas, ausência de crédito e dependência de intermediários, perpetuam a vulnerabilidade dos agricultores, configurando uma violação sistemática dos DESC.

A análise destaca que a precariedade das condições de transporte e armazenamento, aliada à falta de acesso directo aos mercados, força os agricultores a aceitar preços injustos e limita a sua capacidade de negociação. Esta dinâmica não só compromete os rendimentos e o direito ao trabalho digno, mas também agrava a insegurança alimentar das comunidades locais. A ausência de políticas reguladoras, como preços mínimos garantidos e suporte à formação de cooperativas, foi identificada como uma lacuna crítica que aprofunda as desigualdades no sector agrícola.

Outro ponto central do estudo é a análise da estrutura de comercialização agrícola, que é dominada por intermediários que impõem condições desvantajosas aos pequenos produtores. Estes intermediários, maioritariamente os bangladeses, muitas vezes, controlam as cadeias de valor, exacerbando a exploração económica e limitando a autonomia dos agricultores. Outrossim, a falta de acesso a crédito formal e a dependência de mecanismos informais agravam a exclusão económica e perpetuam ciclos de pobreza, violando o direito ao desenvolvimento económico e social.

Diante desses desafios, o estudo recomenda intervenções integradas e imediatas, incluindo a implementação de políticas públicas que promovam a justiça económica, o fortalecimento de cooperativas agrícolas, o aumento do investimento em infra-estruturas e a regulamentação do mercado para garantir condições mais justas aos pequenos agricultores. Essas medidas são essenciais para garantir a realização dos DESC e promover um desenvolvimento rural inclusivo e sustentável em Moçambique.

ÍNDICE

1. CONTEXTUALIZAÇÃO	6
2. O SECTOR AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE: REALIDADES E DESAFIOS DOS PEQUENOS PRODUTORES	8
2.1. Estrutura de Produção e Técnicas Utilizadas	9
2.2. Condições de Mercado e Comercialização	11
2.3. Direito à Terra e Segurança de Posse no Contexto Agrícola	13
2.4. Infra-estruturas e Tecnologia: Perspectivas para o Sector Agrícola	14
3. DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS(DESC): UMA ABORDAGEM GLOBAL E NACIONAL	16
3.1. Situação Mundial dos DESC	17
3.2. Perspectiva Africana dos DESC	18
3.3. O Estado dos DESC em Moçambique	19
4. METODOLOGIA	21
4.1. Abordagem Metodológica	21
4.2. Recolha de Dados	21
4.3. Procedimentos de Análise de Dados	22
4.4. Modelação estatística	23
4.5. Limitações da Pesquisa	25
5. RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM ENTIDADES PÚBLICAS E REPRESENTANTES DE GOVERNO	26
5.1. Práticas Comerciais e Fixação de Preços	26
5.2. Papel das Associações e Cooperativas	29
5.3. Barreiras Institucionais e Lacunas na Fiscalização	32
5.4. Mecanismos de Apoio e Incentivos aos Pequenos Agricultores	34

6. RESULTADOS DO INQUÉRITO: A VOZ DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA ZAMBÉZIA	35
6.1. Análise Descritiva dos Inquiridos	36
6.2. Acesso ao Crédito Agrícola	37
6.3. Acesso a Mercados para Venda de Produtos	39
6.4. Venda a Preços Inferiores ao Esperado	40
6.5. Impactos das Práticas Abusivas sobre a Produção	42
6.6. Impacto da Exploração Comercial na Capacidade de Prover para a Família	43
6.7. Custos e Qualidade das Sementes: Uma Questão Persistente	43
6.8. Apoio Governamental às Condições de Produção e Comercialização Agrícola: Uma Lacuna Crítica	44
6.9. Iniciativas Locais e o Apoio na Defesa dos Direitos dos Agricultores	44
6.10. Percepção sobre a Situação Financeira nos Últimos 5 Anos	45
7. ANÁLISE DOS RESULTADOS DO MODELO DE COMPONENTES PRINCIPAIS (PCA)	46
7.1. Variância Explicada e Contribuição das Dimensões	46
7.2. Análise Visual	47
7.3. Validação do modelo	49
7.4. Implicações Gerais dos Resultados	50
8. PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES	51
9. RECOMENDAÇÕES	53
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A agricultura é amplamente reconhecida como a principal actividade económica de Moçambique, desempenhando um papel central na economia nacional e na subsistência das famílias rurais. Contribuindo com cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) e empregando aproximadamente 70% da força de trabalho activa (INE, 2022), o sector sustenta mais de 80% da população rural, sendo essencial não apenas como motor económico, mas também como um elemento intrínseco à vida social e cultural do país (Banco Mundial, 2021). No entanto, apesar de sua relevância, o sector agrícola enfrenta desafios estruturais profundos que comprometem sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento sustentável e de garantir condições dignas para os pequenos agricultores.

Entre os principais entraves estão a baixa mecanização, a predominância de práticas agrícolas de subsistência e a limitada transferência de tecnologias modernas para os agricultores de pequena escala. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de Moçambique (PNUD, 2023), cerca de 90% das explorações agrícolas no país são de pequena escala, caracterizadas por métodos tradicionais e baixos rendimentos. Essa situação torna os agricultores altamente vulneráveis a choques externos, como mudanças climáticas, flutuações nos preços de mercado e crises económicas. Esses desafios estruturais não apenas comprometem a produtividade do sector, mas também reflectem-se na incapacidade de garantir os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC) da população rural.

A vulnerabilidade do sector agrícola está directamente associada à não realização do direito à alimentação, consagrado no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), do qual Moçambique é signatário desde 1993. Esse direito exige que os Estados assegurem acesso contínuo e

adequado a alimentos nutritivos e suficientes para todos os cidadãos (ONU, 1966). Contudo, sua implementação no país tem sido limitada, tanto pela falta de recursos quanto pela ausência de uma estratégia política eficaz. Segundo o Programa Mundial de Alimentos (PMA), cerca de 63% da população moçambicana enfrenta insegurança alimentar moderada ou severa, situação agravada em regiões rurais como a Zambézia, onde práticas agrícolas de subsistência predominam e os agricultores enfrentam acesso restrito a insumos e terras férteis.

Outrossim, as dinâmicas de mercado desiguais amplificam os desafios enfrentados pelos pequenos agricultores. Na Zambézia, especificamente, comerciantes estrangeiros, particularmente oriundos do Bangladesh, dominam a cadeia de valor agrícola. Estes utilizam o seu poder económico para impor condições comerciais desfavoráveis, como preços abaixo do valor justo de mercado, o que desvaloriza a produção local e reduz significativamente os rendimentos dos agricultores (Monjane, 2022). Este domínio é agravado pela ausência de alternativas locais estruturadas, como cooperativas e associações de produtores, que poderiam fortalecer o poder de negociação dos agricultores e facilitar seu acesso a mercados mais competitivos.

Embora existam políticas públicas voltadas para o fortalecimento do sector, como o Plano de Irrigação para Cadeias de Valor Agrícolas (PICA), o Plano Operacional da Cadeia de Valor Agrícola (POCA) e a iniciativa da Caderneta do Agricultor, a sua implementação tem sido marcada por ineficiências. Muitos agricultores relatam dificuldades em acessar serviços prometidos por esses programas, enquanto os governos locais carecem de recursos e capacidade técnica para operacionalizá-los de forma eficaz (Banco Mundial, 2020).

A falta de supervisão rigorosa e de mecanismos de responsabilização perpetua as desigualdades no sector, evidenciando o descompasso entre as intenções políticas e a realidade no terreno.

Apesar do reconhecimento formal dos DESC pela Constituição moçambicana, o governo trata esses direitos como programáticos, cuja realização é condicionada à progressiva disponibilidade de recursos. Esta abordagem tem sido usada como justificativa para a inação política e para o desvio de prioridades, reflectindo-se em baixos investimentos no sector agrícola. Entre 2017 e 2023, apenas 4,5% das despesas públicas totais foram alocadas à agricultura, muito abaixo dos 10% estipulados pela Declaração de Maputo (2003), um compromisso assumido por Moçambique e outros países africanos (CGE, 2023). Os recursos disponíveis têm sido predominantemente direccionados para despesas administrativas, ao invés de investimentos produtivos, como infra-estrutura e modernização agrícola, que poderiam impulsionar a produtividade e melhorar as condições de vida no meio rural.

Focando-se nos pequenos agricultores da Zambézia, a presente análise evidencia os desafios económicos, sociais e culturais enfrentados na região.

Estudos preliminares destacam problemas como a falta de acesso a insumos, mercados e financiamento e barreiras de género no acesso a recursos agrícolas.

Estas limitações perpetuam um ciclo de pobreza intergeracional, onde os filhos de agricultores herdam as mesmas condições precárias e de exclusão económica.

Com base nesses desafios, o estudo utiliza uma abordagem metodológica mista, integrando entrevistas qualitativas com agricultores, líderes comunitários e representantes locais, bem como análises quantitativas de dados.

Os resultados preliminares indicam que a implementação ineficaz de políticas públicas e as dinâmicas desiguais do mercado contribuem para a dependência de intermediários e para a perpetuação da vulnerabilidade dos agricultores. Ao abordar esses desafios de forma integrada, a análise pretende contribuir para o fortalecimento do sector agrícola, a redução das desigualdades e a promoção de justiça social em Moçambique. É fundamental que as políticas públicas sejam reformuladas e alinhadas às necessidades reais dos pequenos agricultores, garantindo não apenas a sua subsistência, mas também sua participação activa no desenvolvimento económico do país.

2. O SECTOR AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE: REALIDADES E DESAFIOS DOS PEQUENOS PRODUTORES

Em Moçambique, a agricultura desempenha um papel vital na economia e na vida de grande parte da população, especialmente nas áreas rurais, onde predomina a agricultura de subsistência. O sector agrícola é o principal sustento para cerca de 70% da população e contribui significativamente para a segurança alimentar e a criação de emprego.



2.1. Estrutura de Produção e Técnicas Utilizadas

A estrutura de produção agrícola em Moçambique é amplamente dominada por pequenos agricultores. Segundo o Inquérito Agrário Integrado de 2020, realizado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), o país possui cerca de 4,3 milhões de explorações agro-pecuárias, das quais 97,8% são pequenas explorações (4.167.702), 2% são médias (93.183), e menos de 1% são grandes explorações (873). Essa predominância de pequenos agricultores evidencia-se não apenas na quantidade, mas também na escala das operações, com a maioria cultivando parcelas inferiores a 2 hectares. [1]

Esse padrão de produção é reflexo de um sistema agrícola tradicional e de subsistência, no qual práticas rudimentares ainda prevalecem. A predominância de pequenos agricultores também é influenciada pela distribuição e acumulação de terras no meio rural. Embora a legislação moçambicana reconheça o direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) pelas comunidades locais, sua implementação enfrenta desafios. A falta de registo formal de terras e a pressão de investimentos de grande escala criam um ambiente propício à concentração de terras em mãos de investidores privados, o que pode marginalizar os pequenos agricultores e alterar dinâmicas de produção em várias regiões. [2]

O sistema de produção é altamente dependente das condições climáticas e caracterizado por uma utilização limitada de insumos agrícolas modernos, como fertilizantes, pesticidas e sementes melhoradas.

Dados do MADER (2021) indicam que apenas 3,8% dos agricultores utilizam fertilizantes, uma taxa muito inferior à meta regional de 50% até 2025, estabelecida pela SADC.

Essa baixa adoção reflecte desafios estruturais significativos, como o elevado custo dos insumos, a falta de conhecimento técnico para seu uso e o acesso restrito a serviços de financiamento e crédito agrícola. Segundo o Banco Mundial (2019) e Zavale et al. (2020), a maioria dos pequenos agricultores depende de sementes não certificadas, resultando em baixos rendimentos e elevada vulnerabilidade económica.

Ademais, o custo elevado de insumos modernos é um dos principais entraves à sua adoção. O Relatório de Monitoria Agrícola (MADER, 2022) aponta que os preços de fertilizantes e sementes certificadas aumentaram cerca de 25% entre 2019 e 2021, devido a flutuações no mercado internacional e a desafios logísticos internos. Esse aumento é particularmente oneroso para agricultores em áreas rurais como a Zambézia, onde a infra-estrutura deficitária eleva os custos de transporte e dificulta a distribuição.

Outro desafio crítico é o acesso restrito a crédito agrícola. Apenas 5% dos pequenos agricultores têm acesso a financiamento formal, de acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (2020). Isso limita a capacidade de investimento em tecnologias que poderiam aumentar a produtividade. Neste sentido, programas de extensão agrícola, que deveriam fornecer apoio técnico e disseminar conhecimento sobre o uso de insumos modernos, têm alcance insuficiente. Segundo o MADER (2022), apenas 35% dos agricultores são cobertos por serviços de extensão agrícola, com uma presença ainda menor em áreas rurais, onde a necessidade de assistência técnica é mais urgente.

O sistema de produção é predominantemente manual e vulnerável a riscos climáticos, como secas e inundações.

¹ https://www.agricultura.gov.mz/wp-content/uploads/2021/06/MADER_Inquerito_Agrario_2020.pdf

² <https://omrmz.org/wp-content/uploads/2022/10/OR-131-Acesso-e-alocacao-de-terras-para-alem-dos-grandes-investimentos.pdf>

A falta de irrigação adequada e o uso de técnicas tradicionais limitam a eficiência da produção, exacerbando a insegurança alimentar. No entanto, a introdução de tecnologias agrícolas modernas tem demonstrado potencial para aumentar significativamente os rendimentos das culturas e a resiliência climática. Estudos da FAO (2022) e do Banco Mundial (2021) destacam que o uso de sementes melhoradas, fertilizantes, sistemas de irrigação e maquinário agrícola pode transformar a produtividade no sector agrícola de Moçambique.

Apesar desse potencial, barreiras institucionais dificultam a disseminação dessas tecnologias. Embora programas como o Plano Nacional de Investimento no Sector Agrário (PNISA) e a Iniciativa de Desenvolvimento Sustentável do Sector Agrícola (IDSSA) incluam metas específicas para promover o uso de tecnologias modernas, a implementação tem sido limitada. Relatórios do MADER (2022) e da FAO (2021) indicam que a cobertura de subsídios agrícolas e assistência técnica é insuficiente, especialmente em regiões mais isoladas.



2.2. Condições de Mercado e Comercialização



A comercialização agrícola em Moçambique reflecte as características de um sistema predominantemente informal e fragmentado, no qual pequenos agricultores desempenham um papel central. De acordo com o Inquérito Agrário Integrado de 2020 do MADER, aproximadamente 97,8% das explorações agrícolas no país são pequenas, geralmente operadas em parcelas inferiores a 2 hectares. Essa predominância influencia directamente a forma como os produtos agrícolas são comercializados e limita o impacto do sector no desenvolvimento económico. Os pequenos agricultores, que constituem a base da cadeia de comercialização, produzem principalmente para autoconsumo, com apenas uma fracção destinada ao mercado. A falta de infra-estruturas adequadas, como estradas, centros de armazenamento e sistemas de transporte eficientes, impede que os produtos cheguem aos mercados urbanos em condições competitivas. Esse problema é exacerbado por perdas pós-colheita significativas; em algumas regiões, até 30% da produção agrícola é desperdiçada antes de chegar ao consumidor final (FAO, 2021).

Sem acesso directo aos mercados, os agricultores dependem de intermediários locais, frequentemente denominados “comerciantes de estrada”. Esses intermediários compram a produção nas aldeias a preços baixos e a revendem nos mercados urbanos ou para exportadores. Essa relação reduz drasticamente os rendimentos dos agricultores, perpetuando a vulnerabilidade económica das famílias rurais. Na província da Zambézia, onde a produção de arroz é predominante, os agricultores relatam que os intermediários frequentemente fixam preços unilateralmente, geralmente muito abaixo do valor de mercado (Monjane, 2022).

Além da questão dos preços, a ausência de cooperativas ou associações organizadas é outro factor que limita a capacidade de negociação dos agricultores. Essas organizações poderiam facilitar o acesso a mercados mais lucrativos e promover melhores condições comerciais, mas continuam subdesenvolvidas em muitas regiões. Ademais, a falta de padronização e certificação dos produtos agrícolas restringe a entrada em mercados internacio-

nais, onde há maior demanda por produtos certificados (Banco Mundial, 2021).

Essa estrutura informal e intermediada contribui directamente para o subdesenvolvimento do sector agrícola. A dependência de intermediários, combinada com a falta de integração nos mercados formais, limita os rendimentos dos agricultores e desincentiva investimentos em tecnologias modernas ou práticas agrícolas mais produtivas. O baixo retorno económico mantém os agricultores em um ciclo de pobreza e dependência, agravado por práticas comerciais desleais, nas quais os produtos são adquiridos a preços significativamente inferiores ao valor de mercado (Baxter et al., 2020). Outrossim, a falta de regulamentação eficaz para proteger os direitos dos agricultores deixa-os vulneráveis a práticas predatórias.

A maioria dos pequenos agricultores ainda luta para acessar mercados formais e maximizar o valor de sua produção. No entanto, a estrutura de comercialização agrícola reflecte as limitações e desigualdades de um sector que carece de investimentos estruturais e regulamentação eficaz. Reformas como o fortalecimento de cooperativas, a melhoria de infra-estruturas logísticas e a implementação de políticas públicas que promovam o acesso directo ao mercado são essenciais para transformar o sector agrícola em um motor de crescimento económico sustentável, sem contar a promoção de práticas comerciais justas e transparentes pode proteger os pequenos agricultores, garantindo que eles se beneficiem plenamente do valor gerado pela sua produção.



2.3. Direito à Terra e Segurança de Posse no Contexto Agrícola



O direito à terra é um dos pilares essenciais para a segurança e estabilidade dos pequenos agricultores em Moçambique. Desde a Lei da Terra de 1997, que é amplamente reconhecida como progressista, o uso e aproveitamento da terra estão legalmente protegidos para as comunidades locais. Contudo, a revisão recente desta política, tem gerado preocupação entre os defensores dos direitos dos agricultores, pois propõe uma abordagem mais neoliberal que poderia facilitar a privatização e alienação da terra. Este processo poderia ameaçar a segurança de posse dos pequenos agricultores e aumentar a vulnerabilidade das comunidades rurais face a investimentos externos e ao risco de desapropriações (Monjane, 2022).

A fragilidade no direito à terra compromete não só a segurança e a continuidade da produção agrícola, mas também limita a capacidade dos agricultores de investirem em melhorias nas suas propriedades. Sem uma garantia robusta de posse, os pequenos agricultores são desencorajados a adoptar práticas agrícolas de longo prazo, como a conservação do solo e o manejo sustentável das culturas. Este quadro cria um ciclo de insegurança e incerteza, o que limita a capacidade de crescimento do sector agrícola moçambicano.

2.4. Infra-estruturas e Tecnologia: Perspectivas para o Sector Agrícola



A insuficiência de infra-estruturas agrícolas representa um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento sustentável do sector agrícola em Moçambique. A carência de estradas de acesso, sistemas de irrigação e instalações de armazenamento limita a capacidade produtiva dos pequenos agricultores, afectando negativamente a eficiência e a rentabilidade do sector. Esse problema é particularmente grave nas áreas rurais, onde se concentra a maior parte dos pequenos agricultores e onde o acesso aos mercados é precário e frequentemente interrompido por vias de transporte inadequadas. Actualmente, apenas 30% das estradas rurais estão em condições transitáveis durante todo o ano, segundo o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (2022). Isso significa que uma grande parte da produção agrícola enfrenta desafios significativos para chegar aos mercados urbanos, especialmente durante a estação chuvosa, quando muitas vias tornam-se intransitáveis.

A ausência de estradas em boas condições impede que as colheitas sejam escoadas de forma rápida e eficiente para os principais mercados, especialmente os localizados em áreas urbanas. Como resultado, os agricultores enfrentam dificuldades para comercializar seus produtos em tempos de pico de colheita, o que leva a uma maior perda de produtos perecíveis e obriga os agricultores a venderem os seus bens a preços reduzidos, comprometendo assim os rendimentos das famílias rurais (Veldwisch et al., 2013). A falta de estradas adequadas não só limita o acesso a mercados mais amplos, mas também restringe a entrada de insumos essenciais, como sementes e fertilizantes, exacerbando a dependência dos agricultores de práticas agrícolas tradicionais e limitando o potencial de inovação e expansão no sector.

Os sistemas de irrigação também são uma área crítica de infra-estruturas agrícolas.

Apesar de Moçambique possuir vastos recursos hídricos, apenas 3% das terras agrícolas são irrigadas (MADER, 2022). Em regiões onde sistemas de irrigação foram implementados, como os projectos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) na província de Gaza, os rendimentos das culturas aumentaram em até 50%, especialmente para produtos de alto valor, como hortaliças e arroz. O acesso à irrigação permite colheitas durante todo o ano, reduzindo a dependência das chuvas sazonais e aumentando a segurança alimentar para as comunidades rurais (BAD, 2020).

A escassez de centros de armazenamento e distribuição é igualmente um problema estrutural que força os agricultores a venderem sua produção imediatamente após a colheita. Essa prática, resultante da inexistência de espaços adequados para a conservação de alimentos, expõe os agricultores a variações de preços sazonais. Durante períodos de alta oferta, os preços de mercado tendem a ser mais baixos, forçando os agricultores a comercializarem seus produtos em condições desfavoráveis. Consequentemente, os pequenos agricultores não conseguem maximizar os seus rendimentos, tornando-se mais vulneráveis a choques económicos e climáticos que afectam a estabilidade de sua subsistência (FAO, 2021). Segundo o Relatório de Monitoria Agrícola do MADER (2022), as perdas pós-colheita nas regiões sem infra estrutura adequada podem chegar a 30% da produção agrícola total, afectando gravemente a renda das famílias rurais.

Outro obstáculo significativo ao desenvolvimento do sector é o baixo nível de utilização de tecnologia moderna. Apesar dos potenciais benefícios do uso de máquinas agrícolas, sistemas de irrigação eficientes e técnicas avançadas de produção, a adopção dessas tecnologias entre os pequenos agricultores permanece limitada. Segundo o Inquérito Agrário Integrado (2020), apenas 2% dos pequenos agricultores utilizam máquinas agrícolas, como tractores, plantadeiras ou colheitadeiras. Essa taxa está muito aquém da média regional, com países como a Zâmbia registrando cerca de 15% de mecanização em pequenas explorações agrícolas (Banco Mundial, 2021).

Nas poucas áreas onde a mecanização foi adoptada, os agricultores reportaram aumentos de produtividade de até 40%, atribuídos à eficiência na preparação do solo e à redução do tempo de colheita (BAD, 2020). No entanto, o elevado custo dos equipamentos agrícolas e a falta de programas de financiamento acessíveis impedem que a maioria dos pequenos agricultores modernize suas práticas. Ademais, a limitada disponibilidade de oficinas de reparo e peças de reposição para máquinas agrícolas em áreas rurais torna o uso dessas tecnologias ainda mais desafiador (MADER, 2022).



3. DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS(DESC): UMA ABORDAGEM GLOBAL E NACIONAL

Os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC) constituem uma categoria essencial de direitos humanos que abrangem garantias relacionadas com o bem-estar social e a dignidade dos indivíduos, incluindo o direito à educação, saúde, moradia, alimentação adequada, trabalho digno e protecção social. Esses direitos foram consagrados no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), adoptado em 1966 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com o objectivo de assegurar que todos os indivíduos possam desfrutar de condições que favoreçam seu desenvolvimento integral e igualdade de oportunidades (OHCHR, 1966).

Esses direitos, interligados aos direitos civis e políticos, são fundamentais para a promoção da justiça social e da paz, sendo reconhecidos na comunidade internacional. A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta de Banjul), adoptada em 1981, reforça essa perspectiva ao destacar os direitos dos povos africanos em particular, tendo em conta os desafios específicos de desenvolvimento e o contexto histórico da região. No entanto, a implementação desses direitos enfrenta grandes desafios, especialmente em países em desenvolvimento, onde as desigualdades socioeconómicas e a limitada infra-estrutura dificultam o cumprimento desses direitos.

3.1. Situação Mundial dos DESC

Em nível global, os DESC têm sido uma prioridade nas agendas de desenvolvimento, como evidenciado pelos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, que visam erradicar a pobreza, garantir saúde e educação de qualidade, e reduzir as desigualdades. Entretanto, o cumprimento desses objectivos enfrenta variações entre as regiões. De acordo com um relatório da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a pandemia de COVID-19 ampliou as disparidades socioeconómicas, afectando principalmente os grupos mais vulneráveis e exacerbando o acesso desigual a serviços básicos (CEPAL, 2021).

Ademais, a capacidade de implementar os DESC é directamente influenciada pela disponibilidade de recursos e pela vontade política.

Países com economias diversificadas e sistemas de protecção social robustos têm mostrado maior capacidade de proteger os direitos de suas populações durante crises globais. Por outro lado, em países de baixa renda, a dependência de ajuda internacional e de sectores informais muitas vezes impede avanços significativos nos DESC, levando a desigualdades persistentes.

A agricultura desempenha um papel crucial nessa equação, especialmente em economias baseadas em actividades primárias. O direito à alimentação, um dos pilares dos DESC, está directamente ligado à produção agrícola sustentável e à distribuição equitativa de alimentos. Nesse contexto, práticas agrícolas injustas, como o monopólio de terras e a exploração de pequenos agricultores, comprometem não apenas o direito à alimentação, mas também a justiça social de forma mais ampla (FAO, 2020).



3.2.Perspectiva Africana dos DESC



A África apresenta desafios únicos na implementação dos DESC, relacionados com o desenvolvimento económico, segurança alimentar e o direito à saúde, particularmente nas zonas rurais e em comunidades que enfrentam a marginalização histórica. Embora a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos represente um marco na protecção dos DESC no continente, a prática ainda enfrenta limitações. A ligação entre DESC e agricultura no contexto africano é particularmente evidente. Segundo a FAO, mais de 70% da população africana depende da agricultura para sua subsistência, mas a falta de apoio governamental e as práticas comerciais abusivas tornam os pequenos agricultores particularmente vulneráveis à insegurança alimentar (FAO, 2021). A dependência de sistemas agrícolas de subsistência, combinada com o acesso restrito a insumos e mercados, perpetua a pobreza e dificulta a realização dos DESC, especialmente no que diz respeito à alimentação e ao trabalho digno.

Por exemplo, um estudo de Devereux (2020) destacou que trabalhadores agrícolas em várias regiões africanas frequentemente enfrentam violações de direitos laborais, incluindo salários abaixo do mínimo, falta de condições de trabalho seguras e ausência de contratos formais.

Isso evidencia as dificuldades que muitos países africanos enfrentam para garantir condições dignas de trabalho e direitos básicos. Nesse contexto, a agricultura desempenha um papel crucial na concretização dos DESC, especialmente o direito à alimentação e ao trabalho digno. A agricultura é o principal meio de subsistência de milhões de africanos, particularmente nas zonas rurais, onde o setor emprega cerca de 70% da força de trabalho. A FAO estima que 60% da população rural em África enfrenta algum grau de insegurança alimentar, muitas vezes resultante de práticas comerciais abusivas, baixa produtividade agrícola e suporte governamental insuficiente (FAO, 2022).

A falta de segurança alimentar e de acesso a serviços básicos, como a saúde, continua a afectar milhões de pessoas em várias regiões africanas. A FAO [3] estima que uma grande parte da população rural enfrenta insegurança alimentar, em parte devido às práticas comerciais abusivas e à falta de suporte governamental eficiente para pequenos agricultores. Em resposta a esses desafios, iniciativas de cooperação internacional e programas de fortalecimento da agricultura familiar têm sido implementados, mas os resultados ainda são desiguais para os pequenos e grandes agricultores.

³ <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/660d054d-6536-46fb-8a4c-bb8ae8321ef3/content>

3.3. O Estado dos DESC em Moçambique



O sector agrícola é essencial para a subsistência e segurança alimentar em Moçambique, empregando mais de 70% da força de trabalho e contribuindo com cerca de 25% do PIB nacional (INE, 2022). Apesar dessa relevância económica e social, os pequenos agricultores, que constituem a maioria da força produtiva, continuam operando em condições de subsistência. Eles enfrentam desafios estruturais significativos, como a falta de acesso a mercados, tecnologias modernas e financiamento, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade que configuram violações sistemáticas dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC), em especial os direitos à alimentação e ao trabalho digno.

A comercialização de produtos agrícolas representa um dos maiores entraves para os pequenos agricultores em Moçambique. A ausência de infra estruturas adequadas, como estradas, centros de armazenamento e sistemas de transporte eficientes, limita o acesso directo dos produtores aos mercados formais. Muitos pequenos agricultores dependem de intermediários que compram seus produtos a preços muito abaixo do valor de mercado.

Esses intermediários controlam as cadeias de valor, impondo preços injustos que não refletem o esforço e os custos de produção.

De acordo com Costa (2020), em algumas regiões, os agricultores recebem apenas 40% do preço final pago pelo consumidor, uma margem insuficiente para garantir uma renda digna. Essa dependência não apenas limita o poder de negociação dos agricultores, mas também os deixa vulneráveis a práticas comerciais abusivas, como contratos informais com cláusulas desfavoráveis e manipulação de preços. A falta de organização em cooperativas ou associações amplifica essas dificuldades, enfraquecendo ainda mais a capacidade dos pequenos agricultores de competir em mercados mais lucrativos.

A falta de políticas públicas eficazes para melhorar a comercialização e apoiar a agricultura familiar agrava a situação. Sem acesso a mercados competitivos e preços justos, os agricultores frequentemente são forçados a vender sua produção logo após a colheita, quando os preços estão mais baixos devido à alta oferta.

Outrossim, a ausência de centros de armazenamento adequados impossibilita que os produtores guardem seus produtos para vender em períodos de maior valorização, agravando a vulnerabilidade económica.

Os conflitos armados em regiões como Cabo Delgado exacerbam as violações dos DESC, particularmente no que diz respeito aos direitos à alimentação, saúde e trabalho digno. O deslocamento forçado de populações, a destruição de infra-estruturas básicas e a interrupção da produção agrícola comprometem a segurança alimentar e a subsistência das comunidades locais.

Segundo a FAO (2021), a produção agrícola em Cabo Delgado foi reduzida em mais de 30% desde 2017, devido ao impacto dos conflitos. A insegurança restringe o acesso a serviços de saúde e educação, agrava as desigualdades regionais e dificulta a implementação de políticas públicas voltadas para a protecção dos DESC.

Nessas condições, as populações deslocadas enfrentam desafios adicionais, como a falta de acesso a terras produtivas e a dependência de ajuda humanitária

O compromisso assumido por Moçambique na Declaração de Maputo (2003), que recomenda que pelo menos 10% do orçamento nacional seja alocado à agricultura, tem sido consistentemente desrespeitado.

Dados das Contas Gerais do Estado (CGE, 2017-2023) mostram que a agricultura recebeu apenas 4,5% do orçamento nacional em 2023, um percentual insuficiente para atender às necessidades estratégicas do sector e assegurar a segurança alimentar nacional. Essa redução no peso relativo dos investimentos agrícolas levanta preocupações sobre a sustentabilidade e eficiência do uso dos recursos públicos e a viabilidade das metas de desenvolvimento rural e combate à pobreza (CGE, 2023).

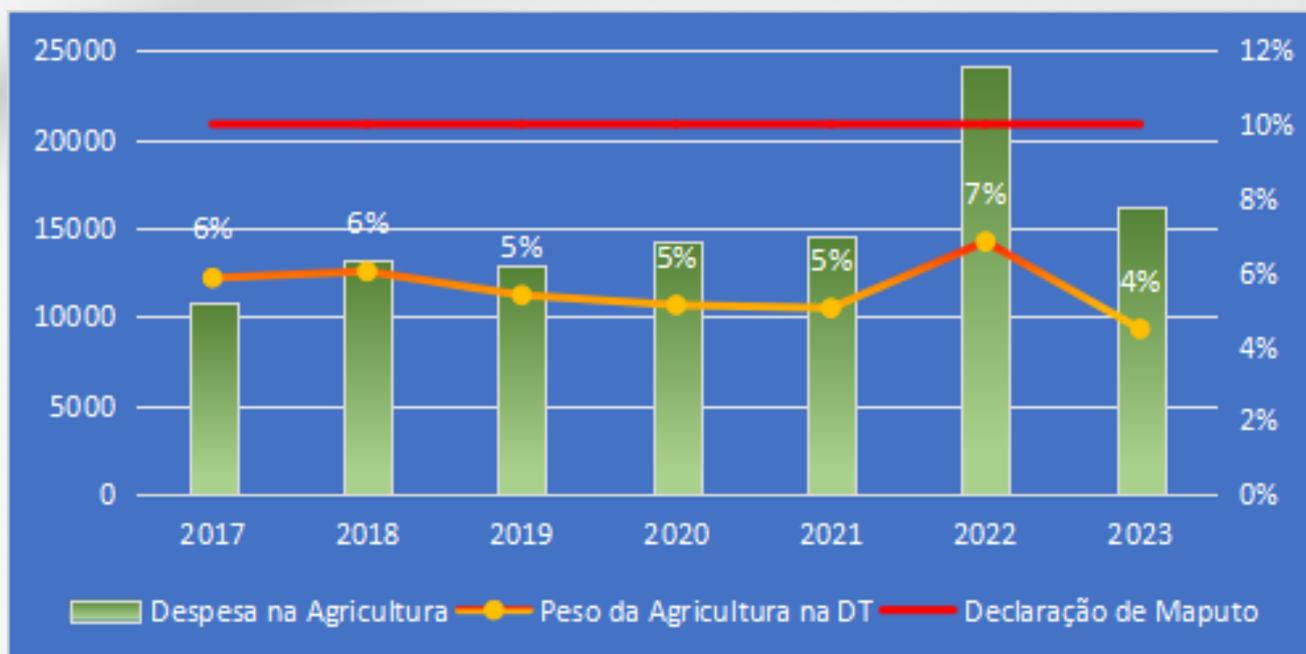


Gráfico 1: Alocação Orçamental versus Declaração de Maputo.

Fonte: CGE (2017-2023)

4. METODOLOGIA

4.1. Abordagem Metodológica

A análise das violações dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC) dos pequenos agricultores na província da Zambézia baseia-se numa abordagem metodológica mista, que combina métodos qualitativos e quantitativos. Essa escolha foi motivada pela necessidade de compreender, de forma ampla e detalhada, as interações entre os factores estruturais que afectam a realização dos DESC e os impactos específicos de práticas comerciais abusivas no sector agrícola.

Embora a análise geral dos DESC inclua direitos fundamentais como saúde, educação, moradia e segurança alimentar, o foco deste estudo recaiu sobre as práticas comerciais abusivas no sector agrícola, dado o papel central da agricultura na subsistência e no bem-estar das comunidades rurais em Moçambique. A revisão preliminar de literatura e os dados exploratórios revelaram que os pequenos agricultores enfrentam barreiras sistémicas, como monopólios de mercado, manipulação de preços e acesso desigual a recursos, que afectam directamente sua capacidade de garantir uma renda digna e de acessar os direitos básicos protegidos pelos DESC. Essa escolha é, portanto, fundamentada em evidências que apontam essas práticas como um dos principais entraves ao desenvolvimento rural sustentável na região.

De acordo com Flick (2009), a metodologia mista é eficaz para captar a complexidade de fenómenos sociais e económicos, como os explorados neste estudo. Essa abordagem permitiu não apenas quantificar os impactos económicos das práticas abusivas, mas também analisar, qualitativamente, como essas dinâmicas perpetuam desigualdades e fragilizam a segurança alimentar e o bem-estar social dos pequenos agricultores.

4.2. Recolha de Dados

A recolha de dados para esta pesquisa foi organizada em duas vertentes principais: questionários aplicados aos pequenos agricultores e entrevistas semiestruturadas com representantes dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE). Esta estrutura permitiu captar informações detalhadas sobre as experiências vividas pelos pequenos agricultores e sobre a perspectiva institucional dos representantes governamentais.

4.2.1. Questionários

Os questionários foram desenhados para colectar dados quantitativos e qualitativos sobre a experiência dos agricultores com práticas comerciais abusivas, com foco em questões como a venda de produtos abaixo do valor de mercado, manipulação de preços e acesso limitado a matéria-prima de qualidade. A escolha dos questionários como ferramenta foi fundamentada na necessidade de padronização dos dados, permitindo uma análise estatística e comparativa entre os diferentes distritos estudados. Segundo Bryman (2016), o uso de questionários em pesquisas sociais e económicas é vantajoso pela sua capacidade de colecta de dados consistentes e comparáveis, especialmente em amostras relativamente grandes.

Os questionários foram aplicados a uma amostra de 60 pequenos agricultores distribuídos por três distritos da Zambézia – Mocuba, Alto Molocué e Gurúè – com um total de 20 participantes por distrito.

Esta distribuição foi considerada adequada para captar as variações regionais nas dinâmicas comerciais, tendo em conta as diferenças de acesso ao mercado e a variação de preços entre os distritos. **Cada questionário foi estruturado em quatro seções principais:**

- Dados demográficos e socioeconómicos;
- Práticas comerciais e acesso ao mercado;
- Condições de produção e matéria-prima;
- Percepção sobre práticas abusivas e impactos socioeconómicos.

4.2.2. Entrevistas semiestruturadas

Para complementar os dados quantitativos e entender a perspectiva governamental sobre as práticas comerciais abusivas e o papel do Estado na protecção dos DESC, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes do SDAE. As entrevistas semiestruturadas permitem uma maior flexibilidade na exploração de temas centrais para a pesquisa, permitindo que o entrevistador adapte as perguntas conforme o contexto e a resposta do entrevistado, conforme argumenta Kvale (1996).

Esse método é particularmente adequado para captar nuances das práticas e políticas de mercado que podem não ser expressas em dados estatísticos.

As entrevistas abordaram pontos como:

- Percepção das práticas comerciais abusivas;
- Medidas tomadas pelo SDAE para mitigar tais práticas;
- Desafios na implementação de políticas de protecção dos pequenos agricultores.

Os representantes do SDAE forneceram informações importantes sobre as limitações enfrentadas pelos governos locais na regulamentação de práticas comerciais e na promoção de um ambiente de mercado justo para os pequenos agricultores.

Essas entrevistas foram analisadas com o método de análise de conteúdo, onde as respostas foram categorizadas em temas recorrentes, permitindo uma análise qualitativa sobre a narrativa institucional do papel do Estado na protecção dos DESC (Bardin, 2011).

4.3. Procedimentos de Análise de Dados

A análise de dados deste estudo envolveu a integração de métodos quantitativos e qualitativos para uma interpretação holística dos dados colectados. As respostas dos questionários foram analisadas com recurso aos softwares de análise estatística R e Excel, onde foram realizadas análises descritivas e exploratórias. Para as entrevistas, utilizou-se a análise temática, com foco nas percepções dos representantes do SDAE.

4.3.1. Análise Estatística dos Questionários

Os dados quantitativos dos questionários foram organizados e analisados para identificar padrões nas experiências dos pequenos agricultores. Estatísticas descritivas como médias, mediana, desvio-padrão e frequências foram calculadas para cada variável relevante. Esta análise permitiu identificar as práticas comerciais mais comuns e avaliar o impacto económico nas comunidades estudadas. De acordo com Field (2013), a análise descritiva é crucial para explorar tendências e padrões em dados complexos, especialmente em contextos sociais onde as variáveis podem interagir de maneiras diversas.

4.3.2. Análise de Conteúdo das Entrevistas

As entrevistas foram transcritas com uma análise de conteúdo que procurou identificar temas recorrentes e categorias de respostas. Esse processo, baseado na metodologia de Bardin (2011), permitiu organizar as narrativas em categorias como “desafios na regulação do mercado” e “papel do Estado na protecção dos DESC”, possibilitando uma visão estruturada da visão governamental sobre as práticas comerciais abusivas. A análise de conteúdo é amplamente reconhecida por sua capacidade de explorar dados qualitativos e transformar as respostas em insights significativos para o desenvolvimento de políticas públicas.

4.4. Modelação estatística

A análise de componentes principais (PCA) foi seleccionada como ferramenta estatística principal para identificar os factores estruturais e dinâmicos que influenciam as condições dos pequenos agricultores na província da Zambézia, em Moçambique. Este método é amplamente utilizado para reduzir a dimensionalidade de dados complexos, permitindo preservar as variáveis mais relevantes enquanto se eliminam redundâncias. A PCA também facilita a identificação de padrões ocultos que ajudam a compreender as vulnerabilidades associadas às violações dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC).

Neste estudo, a PCA foi aplicada para gerar combinações lineares das variáveis originais, resultando em dimensões que explicam a variância observada nos dados. A análise focou em extrair os componentes principais com maior contribuição para a variância, proporcionando insights claros sobre os factores mais relevantes no contexto socioeconómico e logístico dos pequenos agricultores.

4.4.1. Especificação do Modelo

A análise de componentes principais (PCA) foi especificada para capturar a estrutura subjacente de um conjunto de 18 variáveis relacionadas às características demográficas, socioeconómicas e produtivas dos pequenos agricultores na província da Zambézia. Estas variáveis foram seleccionadas para representar factores-chave que influenciam as condições de vida e as dinâmicas comerciais enfrentadas pelos agricultores. O objectivo foi identificar combinações lineares das variáveis que maximizassem a variância explicada, sintetizando os principais padrões nos dados.

As 18 variáveis utilizadas no modelo são descritas abaixo, divididas em categorias:

Demográficas:

Género: representa o género do agricultor (masculino ou feminino);

Idade: dividida em faixas etárias (menos de 25, 25-34, 35-44, 45-54, e 55 ou mais);

Nível de educação: classificado como nenhum, primário, secundário ou superior.

Económicas e de Produção:

Hectares: área de cultivo (1-3, 4-6 ou mais de 6 hectares);

Anos de agricultura: experiência acumulada no sector agrícola (menos de 5, 5-10, ou mais de 10 anos);

Trabalhadores: número de trabalhadores empregados (nenhum, 1-5, ou 6-10);

Renda anual: dividida em quatro faixas (menos de 50, 50-100k, 100-200k, ou mais de 200), em milhares de meticais.

Infra-estrutura e Logística:

Acesso ao Mercado: classificado como difícil, moderado ou fácil;

Transporte: classificado como nenhum, contratado ou próprio.

Dinâmicas Comerciais e Impactos:

Preço informado: se o agricultor recebe ou não informações claras sobre preços (sim ou não);

Insumos informados: se os agricultores têm informações sobre insumos agrícolas (sim ou não);

Abuso de comerciantes: se o agricultor experienciou práticas abusivas (sim ou não);

Apoio do Estado: medido pelo tipo de suporte recebido (nenhum, formação ou subsídios);

Iniciativas locais: se existem iniciativas locais de apoio aos agricultores (não, não sei ou sim).

Impactos Sociais e Económicos:

Impacto na produção: classificado em categorias como dificuldade para reinvestir, redução da qualidade ou perdas substanciais;

Situação financeira: percepção de melhora, piora ou manutenção da situação financeira;

Impacto na família: classificado como grave, moderado ou leve;

Dificuldade em serviços: se o agricultor enfrenta dificuldades em acessar serviços básicos (sim ou não).

A PCA utiliza combinações lineares das variáveis originais para gerar as componentes principais. Cada componente principal (onde k) pode ser representado pela equação geral:

The diagram shows the general equation for a principal component: $PC_k = \sum_{i=1}^p a_{ki} X_i$. Three green boxes with arrows explain the terms: 'Valor do componente principal k' points to PC_k ; 'Valor padronizado da variável i' points to X_i ; and 'Coeficiente de ponderação (ou carga) da variável X_i no componente k' points to a_{ki} .

$$PC_k = \sum_{i=1}^p a_{ki} X_i$$

Aplicado ao contexto deste estudo, o modelo considera 18 variáveis (X_1, X_2, \dots, X_{18}), com cada componente principal (por exemplo, PC_1, PC_2, PC_3) representando uma combinação linear das variáveis originais.

Por exemplo:

$$PC_1 = a_{11} \text{Género} + a_{12} \text{Idade} + a_{13} \text{Nível de educação} + \dots + a_{18} \text{Nível de educação} + \text{Dificuldade_Serviços}$$

$$PC_2 = a_{21} \text{Género} + a_{22} \text{Idade} + a_{23} \text{Nível de educação} + \dots + a_{28} \text{Nível de educação} + \text{Dificuldade_Serviços}$$

4.4.2. Ferramentas e Software Utilizado

A PCA foi realizada utilizando o software estatístico **R**, que proporciona ferramentas robustas para a execução e visualização de análises estatísticas complexas. Os pacotes *FactoMineR* e *factoextra* foram utilizados devido à sua eficiência na aplicação do modelo e na criação de gráficos interpretativos. Os seguintes passos foram implementados:

- Pré-processamento dos dados: Tratamento de valores ausentes, normalização das variáveis e transformação de dados categóricos em numéricos.
- Execução do modelo: A função `PCA()` do pacote *FactoMineR* foi utilizada para calcular as combinações lineares e gerar as dimensões principais.
- Visualização dos resultados: Gráficos como *scree plot*, *biplot* e mapas de distribuição dos indivíduos foram gerados com o pacote *factoextra*, permitindo uma interpretação clara e detalhada.

Os outputs gerados pelo modelo incluíram métricas como a variância explicada por cada componente, a contribuição de cada variável para as dimensões principais e a qualidade da representação dos indivíduos e variáveis no espaço dimensional.

4.4.3. Validação do Modelo

A validação do modelo foi realizada com base na proporção de variância explicada pelas dimensões seleccionadas e na análise da qualidade da representação (\cos^2) das variáveis e dos indivíduos. O *scree plot* foi utilizado como ferramenta visual para determinar o número ideal de componentes a serem considerados. Este gráfico demonstrou que as três primeiras dimensões capturaram os padrões mais relevantes, enquanto as dimensões subsequentes apresentaram contribuições marginais.

As contribuições individuais das variáveis foram avaliadas para garantir que as dimensões principais representassem adequadamente os fatores estruturais e dinâmicos em análise. A robustez do modelo foi confirmada pelo alinhamento das variáveis com os padrões identificados no *biplot* e pela consistência entre os resultados quantitativos e qualitativos.

4.5. Limitações da Pesquisa

Durante o processo de recolha de dados, algumas limitações importantes foram identificadas, as quais podem influenciar a representatividade e a abrangência dos resultados obtidos. Primeiramente, as entrevistas realizadas com representantes dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) podem estar sujeitas a viés institucional. Representantes dessas instituições podem ter evitado, de forma consciente ou inconsciente, criticar directamente as práticas comerciais abusivas existentes ou as limitações nas políticas públicas. Esse viés pode restringir a profundidade e a criticidade das informações obtidas, influenciando a interpretação dos dados sobre a eficácia das políticas e regulamentações no apoio aos pequenos agricultores. Outro desafio encontrado foi o acesso a dados secundários confiáveis sobre a economia local e sobre as práticas que afectam os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC) dos agricultores. Muitos dos dados estatísticos governamentais sobre comércio agrícola em Moçambique estão desactualizados ou, em alguns casos, indisponíveis. Essa escassez de dados actualizados limita a capacidade de realizar uma análise completa e detalhada das dinâmicas económicas e sociais que afectam os pequenos agricultores, exigindo uma maior dependência de fontes primárias e entrevistas.

5. RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM ENTIDADES PÚBLICAS E REPRESENTANTES DE GOVERNO

A presente secção apresenta os resultados das entrevistas realizadas com entidades públicas e representantes governamentais, com o propósito de analisar as dinâmicas estruturais e os desafios enfrentados pelos pequenos agricultores na província da Zambézia. O principal objectivo dessas entrevistas foi aprofundar o entendimento sobre as percepções institucionais relacionadas às práticas comerciais, regulamentação de preços, acesso a infra-estruturas e mecanismos de suporte governamental, além de identificar lacunas nas políticas públicas que impactam a realização dos DESC.

5.1. Práticas Comerciais e Fixação de Preços

A questão da fixação de preços e das práticas comerciais abusivas foi um tema discutido durante as entrevistas, destacando as complexas dinâmicas de mercado que afectam os pequenos agricultores na província da Zambézia. Conforme observado por vários entrevistados, estas práticas acabam por colocar os pequenos agricultores numa posição de vulnerabilidade, tornando-os susceptíveis a aceitar preços injustos para os seus produtos, devido à necessidade de sustento imediato e à falta de alternativas viáveis.



5.1.1. O Papel dos Intermediários e a Dinâmica dos Preços

Os entrevistados apontaram que o mercado agrícola na Zambézia é dominado por intermediários comerciais e comerciantes estrangeiros, particularmente provenientes do Bangladesh, que têm uma forte presença na região. Estes intermediários frequentemente compram a produção dos pequenos agricultores a preços muito abaixo do valor justo, aproveitando-se da falta de alternativas e da pressão económica sobre os agricultores, que necessitam de liquidez imediata para atender às suas necessidades básicas.

De acordo com um dos entrevistados: ***“Os pequenos agricultores vêm de longe para vender os produtos, com esperança de ganhar algo para sustentar a família, mas encontram comerciantes que ditam os preços de forma injusta”*** (Entrevistado A, 2024). Esses intermediários operam, em muitos casos, fixando preços de compra entre si, o que gera uma prática monopolista que reduz drasticamente o poder de barganha dos agricultores.

5.1.2. Preços Instáveis e a Injustiça no Mercado Agrícola

Outro elemento importante identificado foi a volatilidade dos preços de compra, que oscilam drasticamente de acordo com a oferta e a procura sazonais. A volatilidade dos preços prejudica especialmente pequenos agricultores em regiões de baixa infra-estrutura e limitada rede de distribuição, como na Zambézia (IFAD, 2018). A incapacidade de armazenar produtos por falta de infra-estrutura adequada faz com que os agricultores se sintam pressionados a vender a qualquer preço, especialmente em períodos de grande oferta, reduzindo o retorno económico.

Os representantes dos SDAE reconheceram que essa flutuação não beneficia os pequenos agricultores, que, por serem produtores sazonais, estão mais expostos às pressões de mercado. Portanto, a falta de regulamentação para estabilizar os preços durante as campanhas agrícolas deixa os agricultores vulneráveis.



5.1.3. Balanças Viciadas



Uma prática recorrente e mencionada com frequência durante as entrevistas foi o uso de balanças adulteradas para pesar os produtos agrícolas, resultando em um pagamento abaixo do devido aos agricultores. Os entrevistados relataram que muitos comerciantes locais ajustam as balanças para mostrar um peso inferior ao real, especialmente quando o agricultor é menos experiente ou não tem como verificar a precisão da pesagem, levando os pequenos agricultores, sem alternativa, a aceitar porque precisam vender o produto.

A utilização de balanças adulteradas é um exemplo de fraude directa e uma violação dos direitos económicos dos agricultores, que cria uma prática comercial abusiva que compromete a equidade nas transacções. Esta prática reforça a dependência dos agricultores em relação aos intermediários e a fragilidade do seu poder de negociação, colocando-os numa situação de constante exploração.

5.1.4. O Papel do Governo na Fixação de Preços e na Protecção dos Pequenos Agricultores

Os entrevistados também destacaram a falta de intervenção governamental como um factor agravante na perpetuação de preços injustos. A ausência de políticas públicas para a fixação de preços mínimos nos produtos agrícolas mais comuns, como milho e feijão, permite que o mercado funcione sem regulação, facilitando práticas monopolistas. Vários entrevistados expressaram que uma intervenção do governo, estabelecendo preços de referência, poderia criar uma base para negociação mais justa entre comerciantes e agricultores. Contudo, o governo não tem regulado

consistentemente os preços dos produtos alimentares, limitando-se a supervisionar apenas algumas culturas específicas, como algodão e cajú. A ausência de regulamentação estatal efectiva significa que os pequenos agricultores ficam, na prática, sujeitos às condições de um mercado desregulado, onde o poder de barganha está concentrado nas mãos dos comerciantes. A regulamentação pode melhorar significativamente a segurança económica dos pequenos agricultores e mitigar as oscilações de preços que afectam a sua capacidade de sustento.

5.1.5. Necessidade de Infra-estrutura e Estratégias de Armazenamento



Outro ponto abordado nas entrevistas foi a falta de infra-estrutura adequada para o armazenamento de produtos agrícolas, o que impede que os agricultores possam esperar por melhores condições de mercado. Segundo um dos entrevistados:

“O agricultor não tem onde guardar o produto; então, assim que colhe, vende ao preço que lhe é oferecido, mesmo que seja baixo” (Entrevistado D, 2024).

A falta de armazenamento e de mecanismos de apoio financeiro impede que os agricultores maximizem o valor de mercado dos seus produtos, especialmente em períodos de pico de produção. Em comparação, países que implementaram políticas de armazenamento rural ou cooperativas de crédito mostraram uma melhora na estabilidade de preços e na renda dos agricultores, demonstrando a importância de infra-estrutura na mitigação de práticas comerciais abusivas (Binswanger e Rosenzweig, 1986).

5.2. Papel das Associações e Cooperativas



Um dos pontos mais enfatizados pelos representantes do SDAE foi que os pequenos agricultores, isoladamente, têm dificuldade em negociar preços justos devido à falta de escala e de acesso directo ao mercado. Como afirmou um dos entrevistados,

“A organização em associações permite que os agricultores se unam e consigam vender em conjunto, o que dá mais força para negociar com os compradores e reduzir a dependência dos intermediários” (Entrevistado A, 2024).

A organização de agricultores em associações ou cooperativas fortalece sua capacidade de negociação colectiva, permitindo-lhes vender seus produtos em conjunto e reduzir a dependência de intermediários.

Essa estrutura proporciona maior poder de barganha, acesso a mercados mais amplos e condições comerciais mais favoráveis. Outrossim, facilita a aquisição de insumos a preços mais competitivos e a implementação de práticas agrícolas sustentáveis.

5.2.1. A Vulnerabilidade dos Pequenos Agricultores sem Cooperativas

A falta de cooperação entre pequenos agricultores foi apontada pelos entrevistados como uma das principais causas de vulnerabilidade económica. Muitos agricultores trabalham de forma isolada, o que os torna mais susceptíveis a aceitar preços injustos e práticas comerciais abusivas, como o uso de balanças viciadas, como referido anteriormente.

Segundo Bijman e Iliopoulos (2014), a ausência de cooperativas reforça a dependência dos agricultores em relação aos intermediários, perpetuando a exploração. Deste modo, esta falta de estrutura reflecte-se directamente nos rendimentos dos agricultores, criando um ciclo de pobreza que limita as suas capacidades de investimento e reinvestimento na produção.

5.2.2. Benefícios e Limitações das Associações e Cooperativas

Além do poder de negociação, as associações também desempenham um papel importante no acesso a insumos agrícolas, crédito e assistência técnica. Durante as entrevistas, foi mencionado que as cooperativas poderiam facilitar a obtenção de melhores condições de crédito e insumos a preços mais acessíveis. As cooperativas são conhecidas por possibilitar o acesso a recursos e insumos de forma colectiva, o que contribui para reduzir os custos de produção e melhorar a eficiência dos pequenos agricultores.

A união dos produtores em cooperativas ou associações é fundamental para o sucesso na actividade agro-pecuária, pois aumenta a competitividade e permite melhores negociações com fornecedores e compradores.^[4]

Ao unirem-se em associações, os agricultores podem evitar práticas abusivas e impor algumas condições de venda que são difíceis de sustentar individualmente. No caso da Zambézia, essa prática seria particularmente útil devido ao domínio de comerciantes estrangeiros.



⁴ <https://agroinsight.com.br/a-organizacao-dos-produtores-em-cooperativas-ou-associacoes-e-fundamental-para-o-sucesso-na-atividade/>

cooperativas enfrentam desafios consideráveis. Os entrevistados destacaram que muitos agricultores resistem à ideia de se organizarem em cooperativas devido a desconfianças internas e à falta de incentivos. Um dos principais obstáculos mencionados foi a falta de apoio institucional para fomentar o associativismo, o que acaba por desmotivar os agricultores. Essa resistência ao associativismo é um problema comum em regiões rurais onde os agricultores não têm experiência em cooperativismo e onde falta apoio para a estruturação de cooperativas. Para superar essas barreiras, seria necessário um esforço de mobilização e educação, promovido tanto pelo governo quanto por organizações da sociedade civil, para demonstrar os benefícios práticos e concretos das associações.



5.2.3. O Papel do Governo no Apoio ao Cooperativismo

Outro aspecto levantado nas entrevistas foi a necessidade de intervenção governamental para fortalecer as associações e cooperativas. Segundo os representantes do SDAE, uma política de incentivo ao cooperativismo, com apoio técnico e financeiro, poderia melhorar substancialmente as condições dos pequenos agricultores.

A criação de políticas públicas que incentivem o associativismo é uma estratégia reconhecida em diversas economias agrícolas. De acordo com Marshall e Flynn (2018), o apoio governamental é essencial para viabilizar a formação de cooperativas e associações fortes, oferecendo aos agricultores uma alternativa às práticas monopolistas do mercado. Na Zâmbia, esse apoio seria crucial para enfrentar a desigualdade de poder de mercado e oferecer uma base para negociações mais justas.



5.2.4. Casos de Sucesso e Exemplos Práticos de Cooperativas na Região

Durante as entrevistas, foram mencionados alguns exemplos de cooperativas bem-sucedidas que poderiam servir de modelo para outras comunidades agrícolas. Alguns entrevistados relataram que cooperativas locais de arroz e feijão em outras regiões de Moçambique têm conseguido negociar directamente com compradores finais, eliminando intermediários e aumentando o lucro dos produtores. Segundo um dos entrevistados,

“Temos cooperativas em algumas áreas que estão a dar certo; os agricultores recebem mais porque vendem directamente aos compradores, sem os intermediários” (Entrevistado F, 2024). Esses exemplos demonstram que, quando bem estruturadas e apoiadas, as cooperativas podem ser uma alternativa viável para melhorar a sustentabilidade económica dos pequenos agricultores



5.3. Barreiras Institucionais e Lacunas na Fiscalização

Um dos maiores obstáculos mencionados pelos representantes do SDAE é a falta de recursos financeiros e infra-estrutura para uma fiscalização eficaz das actividades comerciais. De acordo com os entrevistados, a limitação de pessoal, transporte e equipamentos

dificulta o monitoramento regular das transacções comerciais, o que permite que práticas abusivas persistam. Essa escassez de recursos compromete a capacidade do governo de proteger os agricultores contra fraudes e práticas abusivas.

5.3.1. Desafios na Aplicação de Penalidades e na Reincidência de Práticas Abusivas

Os entrevistados revelaram que, mesmo quando irregularidades são detectadas, a aplicação de penalidades é frequentemente ineficaz.

Em muitos casos, a multa aplicada é insuficiente para desencorajar a reincidência, e os comerciantes continuam a operar com balanças adulteradas e a praticar preços injustos.

A falta de regulamentação robusta e de penalidades severas permite que os comerciantes vejam as multas apenas como um custo operacional, em vez de um impedimento.

Um dos representantes mencionou:

“Quando conseguimos identificar uma balança adulterada, recolhemos e aplicamos uma multa, mas, muitas vezes, esses comerciantes voltam a operar da mesma forma. Precisamos de sanções mais rígidas para desencorajar essas práticas” (Entrevistado C, 2024).

Esse cenário reflecte a necessidade de um quadro regulamentar mais eficaz, que inclua multas significativas e, em casos de reincidência, a suspensão das licenças de operação para comerciantes que violem as normas de comércio justo.

5.3.2. Ausência de uma Política de Protecção ao Pequeno Agricultor

A ausência de uma política pública específica de protecção ao pequeno agricultor foi mencionada como uma das principais lacunas no apoio institucional. Os entrevistados sugeriram que o governo poderia implementar uma política de preços mínimos para certos produtos agrícolas, como milho e feijão, de forma a garantir um preço base que permita a subsistência dos agricultores. No entanto, essa política ainda não foi estabelecida, deixando os agricultores à mercê das condições do mercado, que favorecem os intermediários.

Um dos entrevistados afirmou: **“Não temos uma política de preços mínimos**

para os produtos básicos. Isso faz com que os agricultores vendam seus produtos a qualquer preço, especialmente em períodos de excesso de oferta. O governo poderia intervir para assegurar uma base mínima de preços, mas isso ainda não é uma realidade” (Entrevistado E, 2024).

A ausência de uma política de preços mínimos torna-se um agravante num mercado já desequilibrado, onde os agricultores enfrentam uma concorrência injusta e têm pouco poder de negociação.



5.4. Mecanismos de Apoio e Incentivos aos Pequenos Agricultores

Um dos principais problemas enfrentados pelos pequenos agricultores da é a falta de acesso a crédito agrícola por parte dos pequenos agricultores. A maioria dos agricultores na Zambézia não possui garantias financeiras ou colaterais suficientes para obter empréstimos de instituições bancárias convencionais, o que dificulta o financiamento de matéria-prima, como sementes e fertilizantes. Os pequenos agricultores enfrentam enormes dificuldades para conseguir crédito; os bancos exigem garantias que eles não podem oferecer, e sem financiamento é muito difícil expandir a produção. Sem esse apoio financeiro, os agricultores são forçados a depender de intermediários que, muitas vezes, oferecem insumos a preços mais altos e compram a produção a preços mais baixos, perpetuando um ciclo de dependência económica.

Ademais, a assistência técnica foi identificada como um componente essencial para o desenvolvimento agrícola, mas a sua oferta é ainda limitada na Zambézia. A falta de programas de capacitação impede que os agricultores adotem técnicas modernas de cultivo, o que limita a produtividade e a qualidade da produção. Um dos entrevistados comentou serem necessárias mais programas de capacitação e assistência técnica para que os agricultores possam melhorar a qualidade dos produtos e aumentar a produtividade. Sem a devida assistência, muitos agricultores utilizam práticas agrícolas tradicionais, que, embora eficazes em contextos de pequena escala, não são suficientes para sustentar uma produção competitiva e escalável. A falta de assistência técnica também compromete a sustentabilidade ambiental, pois impede que os agricultores adotem práticas de cultivo sustentáveis e de conservação do solo.

As entrevistas também revelaram que algumas organizações internacionais e ONGs

têm desempenhado um papel importante no fornecimento de assistência técnica e apoio financeiro, compensando parcialmente a falta de programas governamentais. A NANA, por exemplo, foi mencionada como uma parceira importante na provisão de sementes e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis. Como explicou um dos entrevistados: **“A NANA tem nos ajudado com alguns insumos e treinamento para os agricultores, mas este apoio não cobre todos os agricultores e não é suficiente para resolver todos os problemas”** (Entrevistado C, 2024). Essas parcerias podem ter um impacto positivo ao fornecer recursos e conhecimentos, mas ainda são limitadas em escala e alcance.

Entretanto, embora os entrevistados tenham destacado a importância dos incentivos governamentais, também apontaram desafios na implementação desses mecanismos. A burocracia e a falta de transparência foram mencionadas como obstáculos que dificultam o acesso aos poucos incentivos existentes.

Não só, a ausência de programas locais específicos para pequenos agricultores limita o impacto dos incentivos, que muitas vezes beneficiam apenas grandes produtores ou regiões com melhor infra-estrutura.

Segundo um dos representantes do SDAE: **“Mesmo quando há algum incentivo disponível, o processo para acessá-lo é demorado e complicado; muitos pequenos agricultores acabam desistindo ou nem tentam”** (Entrevistado F, 2024). Este é um problema comum em programas de desenvolvimento rural, onde a burocracia e a falta de transparência na gestão dos recursos acabam excluindo os agricultores mais vulneráveis, que precisam de acesso rápido e directo a esses incentivos (World Bank, 2008).

6. RESULTADOS DO INQUÉRITO: A VOZ DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA ZAMBÉZIA



Os resultados do inquérito realizado junto a 60 pequenos agricultores da província da Zambézia permitem compreender, em detalhe, as dinâmicas estruturais e os desafios enfrentados por este grupo essencial para a segurança alimentar e a economia local. A análise das características sociodemográficas e das condições de trabalho revela factores que vão além das estatísticas, apresentando um quadro que explica as limitações do sector agrícola em Moçambique e fornece uma base sólida para a formulação de políticas mais inclusivas e eficazes.

O inquérito, estruturado para captar tanto dimensões quantitativas quanto qualitativas, explorou diversos aspectos fundamentais, incluindo características sociodemográficas, acesso ao crédito, transporte, práticas comerciais, apoio governamental e condições de comercialização. Esta análise não apenas destaca os problemas enfrentados pelos agricultores, mas também oferece subsídios valiosos para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, voltadas ao fortalecimento do sector agrícola e à realização dos DESC em contextos rurais.

6.1. Análise Descritiva dos Inquiridos

A predominância de homens, que constituem 70% dos inquiridos, reflecte uma estrutura tradicional nas zonas rurais de Moçambique, onde os homens frequentemente assumem o papel de gestores das explorações agrícolas. No entanto, essa análise pode subestimar a importância das mulheres no sector agrícola. Apesar de representarem apenas 30% da amostra, as mulheres desempenham papéis essenciais em actividades como colheita, processamento e comercialização, frequentemente garantindo a continuidade da produção e a renda familiar. Essa divisão de responsabilidades destaca o carácter familiar da agricultura, mas também evidencia desigualdades na visibilidade e valorização do trabalho das mulheres, que muitas vezes permanece informal e pouco reconhecido.

A distribuição etária aponta para uma força de trabalho concentrada na faixa entre 25 e 44 anos, representando 48% dos inquiridos, o que reforça a relevância desse grupo para a produtividade do sector. Contudo, o reduzido envolvimento de jovens com menos de 25 anos, que constituem apenas 18% da amostra, levanta preocupações sobre o futuro da agricultura em Moçambique. A falta de atracção do sector para os jovens pode estar relacionada à ausência de incentivos, como acesso a tecnologias modernas, formação específica ou políticas públicas que promovam a profissionalização da agricultura. Essa realidade cria uma lacuna geracional que compromete a renovação e a inovação no sector. Em contraste, os agricultores com mais de 55 anos, que representam 16% da amostra, destacam-se como guardiões do conhecimento tradicional, essencial para a resiliência local. No entanto, a integração desse conhecimento com práticas modernas continua a ser um desafio não resolvido.

Os níveis de escolaridade apresentados pelos

agricultores inquiridos revelam um obstáculo significativo ao desenvolvimento do sector. Cerca de 20% dos entrevistados não possuem qualquer educação formal, enquanto 53% concluíram apenas o ensino primário. Apenas 25% possuem o ensino secundário, e nenhum dos inquiridos relatou ter formação superior. Esta carência educacional é um entrave directo à modernização das práticas agrícolas, dificultando a adopção de tecnologias inovadoras e limitando a competitividade dos pequenos agricultores em mercados mais exigentes. A educação, especialmente em temas agrícolas, é amplamente reconhecida como um catalisador para o aumento da produtividade e da sustentabilidade. Nesse contexto, a falta de acesso a formação formal não apenas perpetua métodos tradicionais de baixa eficiência, mas também restringe a capacidade dos agricultores de planificar e implementar estratégias de longo prazo.

A experiência dos inquiridos na agricultura também oferece um panorama complexo. Enquanto 45% exercem a actividade há menos de cinco anos, sugerindo uma entrada recente, possivelmente impulsionada pela necessidade económica, outros 30% possuem mais de 10 anos de experiência, representando um grupo resiliente e adaptado às condições locais. Contudo, a falta de recursos para a contratação de mão-de-obra adicional é um factor limitante significativo. Cerca de 68% dos agricultores dependem exclusivamente do trabalho familiar, enquanto apenas 28% conseguem contratar entre um e cinco trabalhadores. Menos de 10% relatam o uso de mais de 10 trabalhadores, demonstrando que a escala das operações permanece limitada pela fragilidade económica e pela ausência de capital para expansão. Isso reduz a capacidade do sector de se transformar num motor económico significativo, restringindo as explorações a operações de subsistência.

Os rendimentos anuais dos inquiridos reforçam o quadro de vulnerabilidade económica. Cerca de 25% reportaram ganhos inferiores a 50 mil meticais, enquanto apenas 17% superaram os 200 mil meticais.

Estes números evidenciam um cenário em que os pequenos agricultores mal conseguem cobrir os custos de produção, muito menos investir em melhorias técnicas ou na expansão de suas actividades. Essa precariedade financeira perpetua ciclos de pobreza e limita a capacidade dos agricultores de resistir a choques externos, como flutuações nos preços de mercado ou impactos das mudanças climáticas. Outrossim, a baixa rentabilidade desencoraja os jovens a ingressarem no sector, alimentando a lacuna geracional identificada anteriormente.



6.2. Acesso ao Crédito Agrícola



A análise sobre o acesso ao crédito agrícola na Zambézia mostrou uma situação crítica que demonstra como a exclusão financeira pode configurar uma violação dos DESC. Do total de inquiridos, 70% afirmaram não ter acesso a crédito formal, enquanto os restantes 30% indicaram recorrer a mecanismos informais, como grupos de poupança comunitária, para atender às suas necessidades de liquidez durante as campanhas agrícolas. Este cenário evidencia uma lacuna significativa no cumprimento do direito ao desenvolvimento económico e social, um pilar central dos DESC.

A ausência de acesso a crédito formal por parte da maioria dos pequenos agricultores representa uma violação do princípio de igualdade de oportunidades no uso de serviços financeiros, tal como defendido pelos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam garantir o acesso universal a serviços financeiros até 2030. Sem essa inclusão, os agricultores ficam impossibilitados de realizar investimentos necessários para modernizar suas práticas agrícolas, expandir suas operações ou adoptar técnicas produtivas mais avançadas.

Assim, perpetua-se um ciclo de métodos de baixa produtividade e de vulnerabilidade económica, comprometendo tanto o direito ao trabalho digno quanto o direito à alimentação, ambos reconhecidos como fundamentais nos DESC.

Os agricultores que participam em grupos de poupança comunitária destacaram que essas iniciativas locais são essenciais para pequenos investimentos, como a compra de insumos agrícolas ou a manutenção de ferramentas e transportes, como bicicletas e motocicletas. No entanto, essas formas de crédito informal apresentam limitações significativas. Os valores disponíveis raramente são suficientes para financiar a adoção de tecnologias agrícolas modernas ou para possibilitar a expansão das actividades. Ademais, as taxas de juros aplicadas nesses grupos informais podem ser desproporcionalmente altas, aproximando-se de práticas de agiotagem, o que constitui uma violação legal e moral dos direitos desses agricultores.

A prática de cobranças abusivas no crédito informal pode ser considerada uma forma de exploração económica, que infringe directamente os DESC ao desproteger os agricultores de práticas predatórias. Segundo relatos de agricultores inquiridos, os encargos financeiros em alguns desses grupos chegam a consumir grande parte dos rendimentos obtidos com as colheitas, limitando ainda mais sua capacidade de investir na próxima campanha agrícola e promovendo uma dependência contínua desses mecanismos informais.

Essa dependência não apenas perpetua a exclusão financeira, mas também reforça desigualdades estruturais que mantêm os pequenos agricultores numa posição de vulnerabilidade económica e social.

A ausência de bancos e instituições financeiras nas áreas rurais foi apontada como uma das principais causas dessa exclusão financeira. Os agricultores relataram que a distância para as agências bancárias mais próximas e os custos associados ao transporte tornam o acesso impraticável. Outrossim, a burocracia para a obtenção de crédito formal, incluindo a exigência de garantias como bens imóveis, exclui a maioria dos pequenos agricultores, que geralmente não possuem activos formais ou documentação adequada para cumprir esses requisitos. Essa barreira institucional reflecte uma falha sistémica na implementação de políticas financeiras inclusivas, agravando ainda mais as violações dos DESC.

A privação do acesso a serviços financeiros formais, somada à dependência de mecanismos informais exploratórios, viola directamente os direitos dos pequenos agricultores de participar de forma plena e equitativa no desenvolvimento económico. Ao limitar o acesso a recursos essenciais para a modernização agrícola, este cenário compromete não apenas o direito ao trabalho digno, mas também a segurança alimentar, tanto das famílias agricultoras quanto das comunidades dependentes da produção local.

6.3. Acesso a Mercados para Venda de Produtos



O acesso limitado aos mercados é uma das principais dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores da Zambézia. Do total de inquiridos, 53% classificaram o acesso aos mercados como difícil, enquanto apenas 12% afirmaram que este é fácil. Essa limitação resulta de uma combinação de factores estruturais, como a ausência de infra-estruturas adequadas, as grandes distâncias entre as zonas de produção e os centros de comercialização, e a falta de transporte acessível.

A precariedade das estradas e a ausência de transporte adequado são barreiras críticas que restringem o acesso dos agricultores aos mercados. Muitos relataram que as más condições das vias de acesso dificultam o escoamento da produção, especialmente durante a estação chuvosa, quando muitas estradas rurais se tornam intransitáveis. Sem estradas transitáveis, os agricultores perdem a oportunidade de vender seus produtos em mercados urbanos, onde poderiam obter preços mais elevados, sendo obrigados a aceitar preços baixos impostos por intermediários nas

proximidades. Este cenário é agravado pelos custos elevados de transporte, que reduzem ainda mais os rendimentos dos agricultores. Para muitos, o transporte representa uma parcela significativa dos custos operacionais, comprometendo sua margem de lucro e perpetuando ciclos de pobreza.

A análise das formas de transporte utilizadas reforça essas limitações. Cerca de 40% dos inquiridos dependem de transporte próprio, como bicicletas ou motocicletas, enquanto 35% recorrem ao aluguer de camiões, e 25% não possuem qualquer meio de transporte, sendo obrigados a carregar os produtos manualmente até aos mercados. Para aqueles que utilizam transporte próprio, a capacidade de carga é frequentemente insuficiente, obrigando-os a fazer várias viagens, o que aumenta os custos de operação e o desgaste dos equipamentos. Os agricultores que dependem de transporte alugado enfrentam um custo elevado, o que consome parte substancial dos seus rendimentos, tornando a actividade menos viável economicamente. Já os que não

têm transporte próprio lidam com as maiores adversidades: em muitos casos, carregam manualmente os produtos, o que não só limita a quantidade transportada, mas também impõe um enorme esforço físico e tempo adicional, comprometendo a eficiência das operações.

Essas barreiras ao transporte e ao acesso ao mercado não são apenas questões logísticas; elas configuram uma violação sistemática dos DESC. O direito ao trabalho digno é comprometido quando os agricultores não conseguem comercializar sua produção de forma justa e eficiente. A falta de acesso ao mercado também afecta o direito à alimentação, uma vez que os agricultores têm rendimentos reduzidos, limitando sua capacidade de suprir as necessidades básicas de suas famílias.

6.4. Venda a Preços Inferiores ao Esperado



A obrigatoriedade de vender produtos agrícolas a preços inferiores ao esperado constitui uma violação directa dos DESC, particularmente no que se refere ao direito ao trabalho digno e ao sustento adequado. A totalidade dos agricultores inquiridos relatou essa realidade, que decorre da ausência de alternativas de mercado e do domínio de intermediários, incluindo comerciantes estrangeiros, como os bangladeses, que frequentemente determinam os preços unilateralmente. Esta dinâmica cria um ambiente de exploração económica,

Outrossim, a ausência de políticas públicas que garantam estradas transitáveis ou subsídios para transporte agrícola reflecte uma negligência na promoção de condições equitativas para os pequenos agricultores, aprofundando a exclusão social e económica.

As consequências dessas violações vão além do impacto individual nos agricultores. A limitação no escoamento da produção reduz a oferta de alimentos nos mercados urbanos e regionais, contribuindo para o aumento dos preços e para a insegurança alimentar das comunidades consumidoras. Ademais, a falta de integração dos pequenos agricultores nos mercados formais dificulta o desenvolvimento de cadeias de valor mais eficientes e inclusivas, comprometendo o crescimento económico sustentável da região.

onde os agricultores, sem poder de barganha, são obrigados a aceitar preços injustos que não reflectem os custos reais de produção nem o esforço investido no cultivo.

Um factor-chave que agrava essa vulnerabilidade é a ausência de infra-estruturas de armazenamento adequadas. Sem locais seguros para conservar os seus produtos, os agricultores veem-se obrigados a vender imediatamente após a colheita, independentemente das

condições do mercado. Este problema é particularmente evidente durante os períodos de pico de oferta, quando a saturação do mercado reduz os preços a níveis irrisórios. A falta de armazenamento não só limita a possibilidade de negociação por parte dos agricultores, mas também configura uma negligência estrutural que compromete o direito à participação igualitária nos benefícios económicos, tal como garantido pelos DESC.

A necessidade urgente de liquidez financeira também reforça essa situação.

Muitos agricultores relataram que, devido a despesas essenciais, como alimentação e pagamento de trabalhadores sazonais, são obrigados a ceder às pressões dos compradores, aceitando valores significativamente abaixo do esperado. Essa pressão financeira é uma clara manifestação de exploração económica, que perpetua a pobreza e limita a capacidade de reinvestimento na produção. Outrossim, a dependência de práticas comerciais exploratórias compromete o direito à segurança alimentar, uma vez que rendimentos insuficientes afetam diretamente a capacidade dos agricultores de atender às necessidades básicas de suas famílias.

Os intermediários, que operam em redes comerciais concentradas, desempenham um papel central nesta dinâmica de exploração. Ao utilizarem o seu poder de mercado para ditar preços, criam um desequilíbrio económico que desfavorece os agricultores. Muitos relataram que, ironicamente, esses intermediários acabam obtendo lucros significativamente maiores que os próprios produtores. Enquanto os agricultores enfrentam custos elevados e margens de lucro reduzidas, os intermediários revendem os produtos em mercados urbanos ou internacionais com lucros que frequentemente ultrapassam os 100%. Esta desigualdade económica não só perpetua a exclusão social, mas também desmotiva os agricultores, que se sentem marginalizados e desvalorizados dentro da cadeia de valor agrícola.

As consequências deste cenário são profundas e multifacetadas. A venda a preços abaixo do esperado reduz os rendimentos dos agricultores a níveis insuficientes para cobrir os custos de produção, investir em tecnologias ou expandir as suas operações. Esta precariedade perpetua ciclos de pobreza e limita a capacidade de competição em mercados mais amplos e lucrativos. Ademais, a ausência de preços justos impacta negativamente a auto-estima dos agricultores, comprometendo o potencial do sector agrícola como um motor de desenvolvimento rural e de combate à pobreza.

Outro problema identificado é a falta de informações confiáveis sobre os preços praticados em diferentes mercados. Cerca de 40% dos inquiridos reconheceram que a ausência de acesso a informações coloca-os numa posição de desvantagem nas negociações. A volatilidade dos preços, mencionada por 24% dos respondentes, agrava ainda mais esta situação, criando um ambiente de incerteza que dificulta a planificação financeira e contribui para a insegurança alimentar. Sem um preço de referência ou mecanismos de estabilização, os agricultores enfrentam uma vulnerabilidade económica que compromete não apenas a sua sustentabilidade, mas também a estabilidade do sector agrícola como um todo.

A concentração do poder nas mãos de intermediários estrangeiros, como os bangladeses, agrava essa dinâmica. Cerca de 65% dos agricultores afirmaram que esses comerciantes utilizam o seu domínio do mercado para fixar preços que não reflectem os custos de produção nem a realidade do esforço dos agricultores. A falta de estruturas alternativas de comercialização, como cooperativas ou mercados locais organizados, deixa os produtores sem opções viáveis, obrigando-os a aceitar condições injustas. Essa ausência de alternativas e regulação não apenas aprofunda as desigualdades no sector, mas também viola directamente os DESC, ao negar aos agricultores condições equitativas para exercerem o seu direito ao trabalho digno e ao sustento adequado.

Portanto, é evidente que a falta de acesso a mercados justos e preços adequados constitui uma violação estrutural dos DESC, exigindo intervenções imediatas e coordenadas. A implementação de infra-estruturas de armazenamento, a regulamentação de preços mínimos e o fortalecimento de cooperativas são algumas das medidas necessárias para corrigir essas desigualdades e assegurar que os pequenos agricultores possam exercer plenamente os seus direitos económicos e sociais.

6.5. Impactos das Práticas Abusivas sobre a Produção



As práticas abusivas no mercado têm efeitos profundos e prejudiciais sobre a produção agrícola, afectando directamente a subsistência e o desenvolvimento dos pequenos agricultores. Um dos impactos mais evidentes está relacionado à redução significativa dos rendimentos financeiros, mencionada por 70% dos inquiridos. Esta diminuição é resultado directo da exploração comercial, em que os preços pagos pelos produtos não reflectem os custos reais de produção. Como consequência, os agricultores enfrentam dificuldades em reinvestir na produção, comprometendo a sua capacidade de melhorar ou mesmo manter os níveis de produtividade. A falta de recursos financeiros impede, por exemplo, a compra de sementes de qualidade ou a realização de investimentos em tecnologias mais modernas, essenciais para aumentar a eficiência.

Adicionalmente, 45% dos agricultores relataram que a escassez de recursos financeiros impede a contratação de mão-de-obra suficiente, especialmente durante os períodos críticos de colheita. Essa limitação não só restringe a capacidade de maximizar o potencial produtivo das explorações, mas também reduz a competitividade dos agricultores nos mercados. A falta de mão-de-obra adequada resulta em perdas de produção e na incapacidade de atender às demandas de mercado em larga escala, comprometendo ainda mais o crescimento económico local e regional.

Outro impacto significativo das práticas abusivas é a dificuldade de planificar a produção. A ausência de preços de referência ou de estabilidade mínima no mercado força muitos agricultores a recorrer a métodos tradicionais e menos arriscados, embora também menos produtivos. Esta limitação perpetua uma situação de insegurança económica, na qual os agricultores permanecem presos a ciclos de baixa rentabilidade, incapazes de planear o futuro com confiança. Essa instabilidade é uma clara violação ao direito à segurança económica, impedindo que os agricultores alcancem condições de vida dignas e sustentáveis.

Esses factores interligados criam um ciclo vicioso, no qual a falta de recursos perpetua baixos níveis de produtividade e margens de lucro reduzidas. Os agricultores enfrentam um constante desequilíbrio entre custos de produção crescentes e rendimentos insuficientes, o que compromete a sua capacidade de expandir áreas cultivadas ou investir em melhorias a longo prazo. Este ciclo não apenas agrava as condições de vida das famílias agricultoras, mas também ameaça a sustentabilidade do sector agrícola em Moçambique. A perpetuação dessa situação coloca em risco o papel do sector como motor de desenvolvimento económico e redução da pobreza, reforçando a necessidade urgente de intervenções estruturais para eliminar práticas abusivas e assegurar condições de mercado mais justas.

6.6. Impacto da Exploração Comercial na Capacidade de Prover para a Família

Quando questionados sobre como a exploração comercial afecta a capacidade de prover para as suas famílias, 75% dos agricultores classificaram o impacto como grave. Muitos relataram que os rendimentos provenientes da agricultura mal conseguem cobrir as despesas básicas, como alimentação, saúde e educação. Para 20% dos agricultores, o impacto foi considerado moderado. Embora consigam garantir a sobrevivência básica, enfrentam restrições severas para poupar ou investir em melhorias na produção agrícola. Esta falta de margem financeira compromete a resiliência das famílias agricultoras a choques

económicos e climáticos, deixando-as numa posição de constante vulnerabilidade.

Apenas 5% dos inquiridos afirmaram não sentir um impacto significativo, o que ressalta a dimensão do problema e a sua prevalência entre a maioria dos pequenos agricultores.

Apesar das dificuldades, todos os agricultores inquiridos destacaram a importância central da agricultura em suas vidas, tanto como única fonte de rendimento quanto como um elemento chave da sua identidade cultural.

6.7. Custos e Qualidade das Sementes: Uma Questão Persistente



A questão sobre a compra de sementes ou insumos agrícolas revelou unanimidade entre os agricultores inquiridos: todos afirmaram que os preços praticados para esses produtos são extremamente elevados, configurando uma das principais dificuldades enfrentadas na sua actividade. Os agricultores relataram que, devido ao custo inflacionado dos insumos, muitas vezes precisam optar por quantidades reduzidas, o que impacta directamente a qualidade da produção.

Muitos destacaram que, embora os preços sejam altos, a qualidade dos insumos nem sempre corresponde às expectativas.

Alguns inquiridos mencionaram experiências anteriores com sementes de má qualidade, que resultaram em colheitas abaixo do esperado. Fertilizantes, por sua vez, foram apontados como produtos essenciais, mas frequentemente adquiridos em quantidades insuficientes devido aos custos proibitivos. Esta combinação de preços altos e qualidade inconsistente tem gerado frustração entre os agricultores, que se sentem desamparados e explorados pelas redes de fornecimento locais.

Alguns inquiridos destacaram que projectos de apoio agrícola implementados por organizações locais

ou internacionais têm oferecido sementes e fertilizantes em quantidades limitadas, o que alivia temporariamente a situação, mas está longe de ser uma solução abrangente.

6.8. Apoio Governamental às Condições de Produção e Comercialização Agrícola: Uma Lacuna Crítica

Quando questionados sobre o tipo de apoio que recebem do Estado para melhorar as condições de produção e venda, a maioria dos agricultores entrevistados afirmou que não recebe qualquer tipo de assistência directa por parte das autoridades governamentais. Essa ausência de apoio estatal foi destacada por cerca de 70% dos inquiridos, que mencionaram que, em caso de dificuldades, acabam recorrendo aos chefes de localidade ou a líderes comunitários para tentar resolver os problemas que enfrentam no exercício de suas actividades agrícolas.

6.9. Iniciativas Locais e o Apoio na Defesa dos Direitos dos Agricultores

Quando questionados sobre a existência de iniciativas locais, como cooperativas e associações, que ajudam a defender os seus direitos, a maioria dos agricultores revelou que essas estruturas são praticamente inexistentes ou têm uma actuação muito limitada nas suas comunidades. Cerca de 55% dos inquiridos afirmaram que não participam de nenhuma organização formal que os apoie na resolução de problemas relacionados à produção, comercialização ou defesa de seus direitos.

Essa ausência foi associada à falta de incentivos para a formação de cooperativas, à desconfiança generalizada entre os membros das comunidades e à falta de liderança para estruturar iniciativas colectivas. Muitos agricultores relataram que, mesmo quando existem associações locais, estas são frequentemente desorganizadas ou têm pouca capacidade de influência no mercado. Ademais, a distância

Esses programas foram bem avaliados, especialmente quando acompanhados de formação técnica, mas são insuficientes para compensar a falta de regulação no mercado de insumos.

Os agricultores que relataram receber algum tipo de apoio mencionaram programas pontuais, frequentemente realizados em parceria com organizações não governamentais ou iniciativas de projectos internacionais. Esses programas têm fornecido assistência técnica em áreas como métodos de cultivo, gestão de pragas e uso de sementes adaptadas às condições climáticas locais. Entretanto, apenas uma pequena parte dos inquiridos, aproximadamente 20%, confirmou que já se beneficiou de alguma formação técnica ou recebeu insumos directamente associados a iniciativas governamentais.

geográfica e a dificuldade de comunicação entre os agricultores dificultam a criação de redes de cooperação eficazes.

Por outro lado, cerca de 45% dos inquiridos afirmaram conhecer ou participar de projectos que promovem o associativismo. Esses agricultores destacaram que, onde existem, as cooperativas têm proporcionado benefícios como maior poder de negociação no mercado. Apesar das vantagens associadas às iniciativas locais, muitos agricultores afirmaram que estas são insuficientes para enfrentar os desafios estruturais do sector agrícola. A falta de apoio governamental às cooperativas foi apontada como um dos principais entraves para o fortalecimento dessas estruturas, que poderiam funcionar como instrumentos essenciais para a defesa dos direitos dos pequenos produtores e para a redução da influência de intermediários no mercado.

6.10. Percepção sobre a Situação Financeira nos Últimos 5 Anos

A percepção dos pequenos agricultores em relação à sua situação financeira nos últimos cinco anos revela uma realidade marcada por disparidades e desafios estruturais no sector agrícola. Dos inquiridos, 40% afirmaram que sua situação financeira melhorou nesse período, enquanto 60% consideraram que permaneceu inalterada ou piorou. Essas percepções contrastantes reflectem os efeitos combinados de mudanças climáticas, práticas comerciais abusivas e limitações de acesso a recursos fundamentais.

Entre os agricultores que relataram melhorias financeiras, dois factores emergiram como determinantes principais. O aumento gradual dos preços de determinados produtos agrícolas trouxe algum alívio económico, mesmo em meio a adversidades. Esse fenómeno foi percebido como uma oportunidade para os agricultores que conseguiram escoar seus produtos em mercados mais valorizados ou em períodos de escassez de oferta. Adicionalmente, a diversificação de culturas revelou-se um factor estratégico para esse grupo. Muitos relataram que explorar mercados alternativos e investir em culturas de maior valor agregado, como hortícolas e leguminosas, permitiu aumentar os rendimentos. Nesse contexto, iniciativas pontuais de assistência técnica também desempenharam um papel positivo. Projectos que introduziram práticas mais eficientes, como o plantio em linha e a utilização racional de insumos, foram citados como elementos que contribuíram para o aumento da produtividade e da rentabilidade.

Por outro lado, os agricultores que indicaram que a sua situação financeira permaneceu inalterada ou piorou apresentaram uma análise mais crítica das barreiras estruturais que enfrentam.

Um dos desafios mais frequentemente mencionados foi o impacto das mudanças climáticas. Padrões de chuva imprevisíveis, secas prolongadas e inundações frequentes dificultaram a planificação agrícola, reduzindo a produtividade e colocando em risco a subsistência das famílias. Essa vulnerabilidade climática foi agravada pela falta de acesso a tecnologias adaptativas, como sistemas de irrigação, variedades de sementes resistentes e práticas de conservação do solo.

Outro factor significativo foi o domínio de intermediários no mercado agrícola. Muitos agricultores relataram que, apesar de aumentos pontuais nos preços de alguns produtos, as margens de lucro continuam baixas devido à exploração comercial e à ausência de mecanismos regulatórios eficazes. Essa situação perpetua a dependência económica dos agricultores em relação aos intermediários, que frequentemente ditam as condições de mercado e limitam o retorno financeiro dos produtores.

O contraste entre as experiências dos agricultores que melhoraram suas condições financeiras e aqueles que enfrentaram estagnação ou declínio reflecte uma desigualdade estrutural no sector agrícola. A ausência de políticas públicas consistentes que promovam resiliência climática, acesso a insumos e regulação de mercado perpetua essas disparidades, comprometendo o pleno exercício dos direitos económicos, sociais e culturais dos pequenos agricultores. Para mitigar essas desigualdades, torna-se essencial o fortalecimento de programas de assistência técnica, o investimento em infra-estruturas adaptativas e a criação de um ambiente de mercado mais justo e transparente.

7. ANÁLISE DOS RESULTADOS DO MODELO DE COMPONENTES PRINCIPAIS (PCA)

A análise de componentes principais (PCA) foi aplicada com o objectivo de identificar os principais factores estruturais e dinâmicos que influenciam as condições dos pequenos agricultores e expor as vulnerabilidades associadas a violações dos DESC. A PCA permite reduzir a dimensionalidade dos dados e destacar padrões relevantes, com foco nas três primeiras dimensões, que, em conjunto, explicam 34,94% da variância total.

7.1. Variância Explicada e Contribuição das Dimensões

A análise de componentes principais (PCA) resultou na identificação de 18 dimensões, cada uma representando uma combinação linear das variáveis originais e contribuindo para a explicação de uma parcela da variância total observada nos dados. Contudo, para efeitos de interpretação, a análise concentrou-se nas três primeiras dimensões, que, em conjunto, explicam 34,94% da variância total, conforme ilustrado na tabela a seguir:

Dimensão	Variância Explicada (%)	Variância Cumulativa (%)
Dim.1	14,62	14,62
Dim.2	10,52	25,14
Dim.3	9,80	34,94

A **Dimensão 1**, responsável por 14,62% da variância explicada, apresenta-se como a mais significativa, ao captar os aspectos fundamentais que diferenciam os grupos de pequenos agricultores. **As Dimensões 2 e 3**, por sua vez, adicionam 10,52% e 9,80%, respectivamente, complementando a análise com a identificação de padrões específicos. Embora as três dimensões não capturem a totalidade das relações entre as variáveis, elas fornecem informações importantes sobre as principais variáveis estruturais e dinâmicas que influenciam as condições e os desafios enfrentados pelos pequenos agricultores.

Dimensão 1: Experiência Agrícola e Composição da Força de Trabalho (14,62% da variância explicada)

Esta dimensão está intimamente ligada à experiência acumulada no sector agrícola, representada pelos anos de actividade, e à escala da força de trabalho empregada. Os “Anos de Agricultura” (0,736) reflectem a resiliência e a capacidade de adaptação dos agricultores a condições adversas, mas também apontam para uma maior exposição a práticas comerciais desleais devido à sua dependência histórica de insumos e intermediários. A variável “Trabalhadores” (0,791) indica que explorações com maior número de trabalhadores têm maior capacidade produtiva, mas enfrentam custos operacionais mais elevados, tornando-as financeiramente vulneráveis em contextos de instabilidade de mercado. Por outro lado, o “Nível de Educação” (-0,503) apresenta uma correlação inversa, sugerindo que agricultores com menor escolaridade são os mais representados nesta dimensão, limitados pela sua incapacidade de negociar os preços ou aplicar técnicas de produção aprimoradas.

Esta dimensão evidencia como a experiência agrícola, aliada à precariedade educacional, contribui para vulnerabilidades estruturais no sector. Agricultores com maior força de trabalho e baixo nível de instrução enfrentam violações do direito ao trabalho digno, devido à precariedade das condições laborais, e do direito à educação, que os coloca em desvantagem ao negociar no mercado.

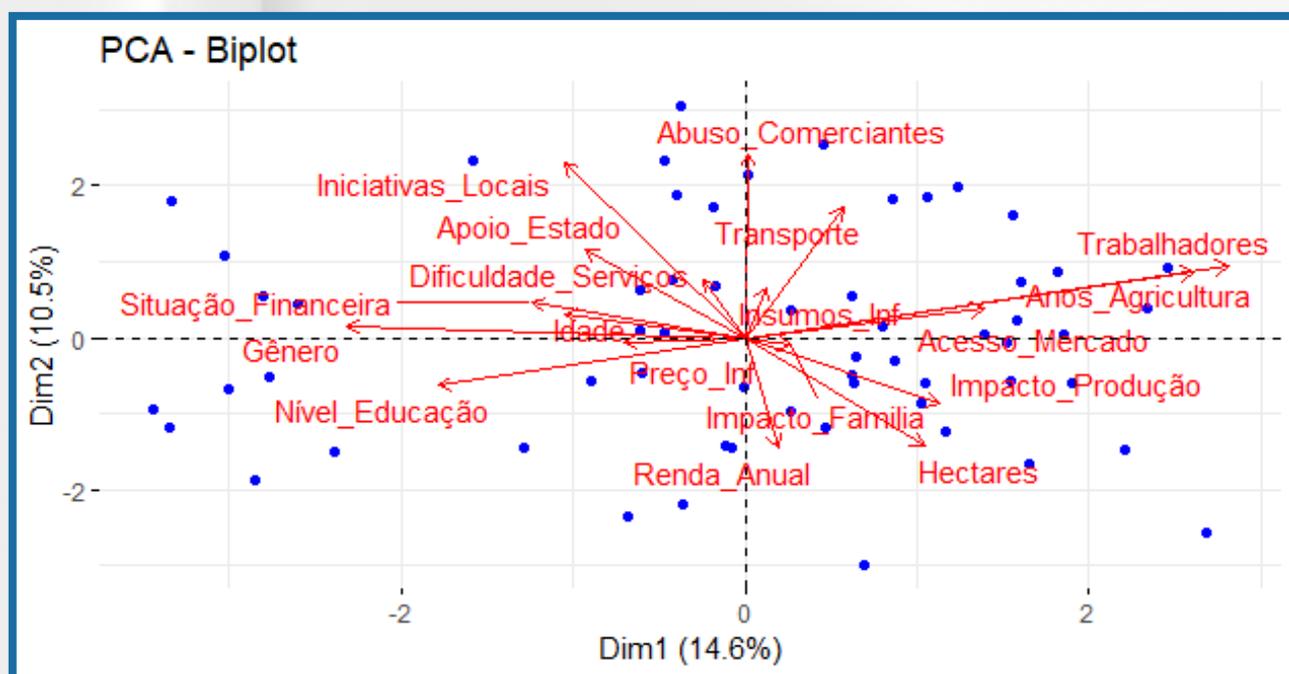
Dimensão 2: Infra-estruturas e Escala de Produção (10,52% da variância explicada)

Esta dimensão está associada a factores relacionados à infra-estrutura logística e à escala produtiva. O “Transporte” (0,482) reflecte a importância do acesso físico ao mercado, uma limitação crucial para os pequenos agricultores que não dispõem de meios próprios ou enfrentam custos logísticos proibitivos. Por sua vez, a variável “Hectares” (-0,404) indica que áreas de cultivo menores estão associadas a uma maior dependência de práticas de subsistência, o que reduz significativamente a capacidade de gerar excedentes para comercialização. A limitação no acesso a infra-estruturas de transporte e a posse de pequenas áreas de cultivo agravam os desafios de integração às cadeias de valor. Esses factores resultam em violações do direito ao desenvolvimento económico, já que a incapacidade de escoar produtos para mercados maiores limita o rendimento.

7.2. Análise Visual

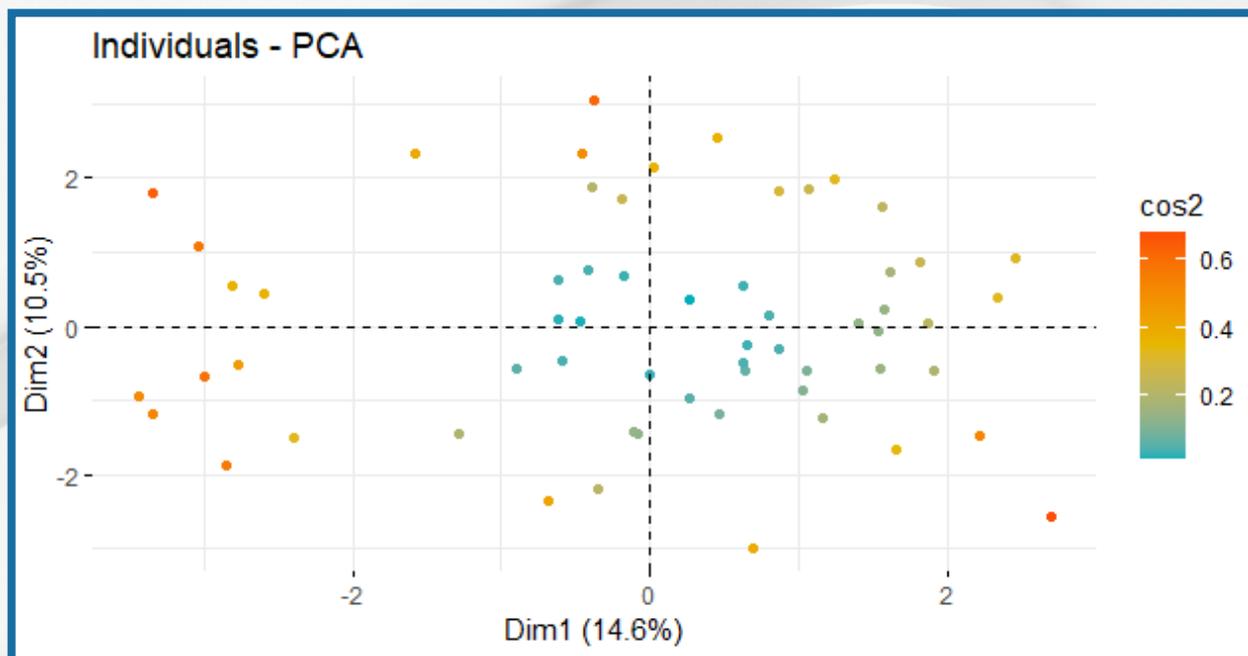
O *biplot* revela como variáveis relacionadas à capacidade produtiva (por exemplo, “Trabalhadores”, “Hectares”) e barreiras comerciais (por exemplo, “Transporte”, “Abuso de Comerciantes”) explicam a variância entre os indivíduos. *Clusters* indicam grupos de agricultores com características semelhantes, como maior escala produtiva ou maior exposição a práticas abusivas.

Gráfico 1: Biplot da PCA



O **gráfico 2** revela a distribuição dos agricultores conforme suas características, reflectindo diferenças na experiência, acesso a recursos e barreiras logísticas. Indivíduos posicionados à direita no eixo da **Dimensão 1** estão associados a maior escala produtiva e experiência, enquanto os à esquerda reflectem menor escolaridade e limitações estruturais, evidenciando vulnerabilidades no sector agrícola. Agricultores com representação forte (pontos mais vermelhos) têm suas características mais bem explicadas pelas dimensões principais, indicando maior adequação ao padrão identificado pela PCA.

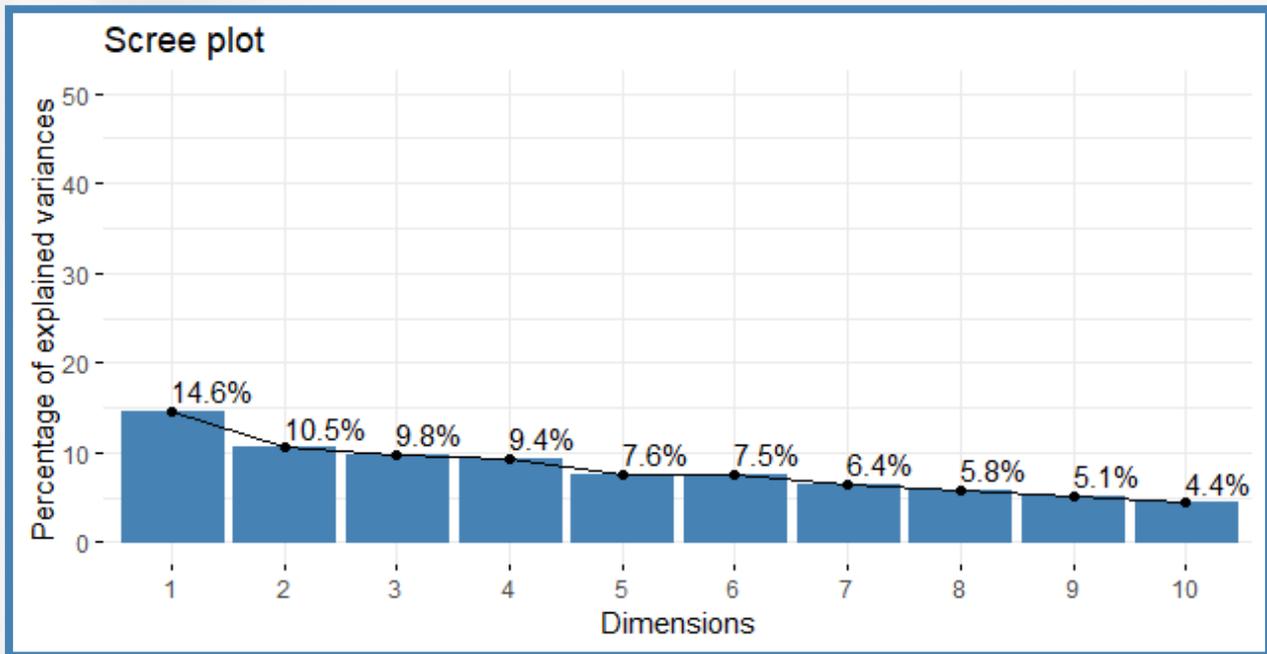
Gráfico 2: Distribuição dos indivíduos no espaço



No eixo da **Dimensão 2**, agricultores no topo enfrentam desafios relacionados ao transporte e práticas comerciais abusivas, enquanto os na parte inferior estão menos expostos a essas barreiras, mas podem ter outras limitações, como baixa transparência nos preços. A qualidade da representação (\cos^2) destaca indivíduos cuja posição é fortemente influenciada pelas dimensões, sugerindo que esses grupos enfrentam situações específicas de exclusão ou resiliência, sendo prioritários para intervenções direcionadas.

7.3. Validação do modelo

Uma das métricas importantes para validar a PCA é a proporção da variância explicada cumulativa, que demonstra como as dimensões seleccionadas contribuem para a explicação total dos dados. O *scree plot* é uma ferramenta visual útil para identificar o ponto onde o acréscimo de novas dimensões passa a oferecer uma contribuição marginal à explicação da variância.



O *scree plot* apresentado ilustra a proporção de variância explicada por cada dimensão gerada pela análise de componentes principais (PCA). A **Dimensão 1** explica 14,6% da variância total, seguida pela **Dimensão 2** com 10,5% e pela **Dimensão 3** com 9,8%, totalizando 34,94% de variância explicada cumulativa. A partir da quarta dimensão, observa-se uma redução gradual e consistente na proporção de variância explicada, indicando que as dimensões adicionais contribuem de forma marginal para a explicação total.

O “joelho” do gráfico é visível após a terceira dimensão, sugerindo que estas três primeiras dimensões capturam os padrões mais relevantes e interpretáveis nos dados. Embora as dimensões restantes possam conter informações adicionais, sua contribuição limitada não justifica a inclusão no modelo principal, especialmente considerando o objectivo de manter a análise simples e prática. Assim, seleccionar as três primeiras dimensões proporciona um equilíbrio entre a explicação da variância e a clareza interpretativa, facilitando a identificação dos principais factores estruturais e dinâmicos que influenciam os pequenos agricultores.

7.4. Implicações Gerais dos Resultados

Os resultados da PCA revelam que os desafios enfrentados pelos pequenos agricultores podem ser sintetizados em três grandes dimensões interligadas, que reflectem as principais barreiras estruturais e dinâmicas socioeconómicas que influenciam o sector agrícola. Primeiramente, a experiência acumulada e o uso intensivo de força de trabalho emergem como factores de dupla face: enquanto proporcionam maior capacidade produtiva, também tornam os agricultores mais susceptíveis a custos operacionais elevados e à ausência de suporte técnico e educacional adequado. Essa dependência de mão-de-obra não qualificada e a falta de capacitação limitam a adopção de técnicas modernas, perpetuando vulnerabilidades estruturais.

Em segundo lugar, questões relacionadas às infra-estruturas e à escala de produção destacam-se como barreiras cruciais. O transporte inadequado e a posse de áreas reduzidas de cultivo dificultam o escoamento da produção

e a integração dos agricultores às cadeias de valor, resultando em menor competitividade e maior dependência de intermediários.

Essas limitações estruturais reforçam a desigualdade de acesso aos recursos e criam condições que perpetuam práticas abusivas nas relações comerciais.

Por fim, as dinâmicas de mercado exercem um papel central no reforço da vulnerabilidade desses pequenos produtores. O acesso restrito a mercados e a falta de transparência na formação dos preços comprometem seriamente o poder de negociação dos agricultores, os deixando em posição de desvantagem perante os intermediários.

Essas condições sistémicas não apenas minam a capacidade de planeamento financeiro, mas também consolidam ciclos de exclusão económica, evidenciando a necessidade de intervenções que promovam maior equidade e inclusão no sector agrícola.

8. PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

O presente estudo forneceu uma análise aprofundada das condições estruturais e das práticas comerciais que afectam os pequenos agricultores na Zambézia, destacando como essas dinâmicas configuram violações dos DESC. Através da exploração das dimensões económicas, sociais e culturais que moldam o sector agrícola, identificaram-se múltiplas barreiras que perpetuam ciclos de pobreza e comprometem os direitos fundamentais dos agricultores, com implicações significativas na sua capacidade de garantir um sustento digno e contribuir para o desenvolvimento rural.

Uma das questões centrais identificadas foi o acesso limitado a crédito agrícola. A ausência de instituições financeiras nas zonas rurais, associada a exigências de garantias inatingíveis para muitos agricultores, resulta numa exclusão financeira sistémica. Esta exclusão força os agricultores a recorrerem a mecanismos informais, muitas vezes caracterizados por práticas usurárias, que aprofundam a exploração económica e comprometem o direito ao trabalho digno. A privação de crédito adequado limita investimentos em insumos e tecnologias agrícolas, impedindo a modernização do sector e perpetuando métodos de produção menos produtivos e menos sustentáveis.

O acesso precário aos mercados revelou-se outro factor determinante na perpetuação de desigualdades estruturais. A falta de infra-estruturas, como estradas transitáveis e sistemas de transporte acessíveis, não apenas dificulta a comercialização dos produtos, mas também reforça a dependência dos agricultores em relação a intermediários. Estes, frequentemente, impõem preços desleais, criando uma situação de exploração económica que viola o direito à participação justa nos benefícios económicos.

A incapacidade de negociar preços justos, agravada pela ausência de infra-estruturas de armazenamento, coloca os agricultores numa posição de vulnerabilidade extrema, forçando-os a aceitar condições de mercado que desvalorizam o seu trabalho e comprometem a sua subsistência.

A exploração na comercialização de produtos agrícolas é uma manifestação clara de práticas abusivas que infringem os DESC. A obrigatoriedade de vender a preços inferiores ao custo de produção é um reflexo de uma economia desregulada, onde os pequenos agricultores não dispõem de mecanismos de protecção contra o domínio de intermediários. A concentração do poder de mercado em redes de compradores estrangeiros, como os comerciantes bangladeses, agrava a situação, resultando numa captura de valor ao longo da cadeia de comercialização que beneficia os intermediários em detrimento dos produtores. Essa dinâmica não apenas compromete o direito ao trabalho digno, mas também priva os agricultores do acesso a rendimentos adequados para suprir as necessidades básicas das suas famílias, como alimentação, saúde e educação.

Ademais, a falta de acesso a insumos de qualidade, como sementes e fertilizantes, representa outra violação significativa dos DESC. O elevado custo desses produtos, combinado com a sua qualidade frequentemente inconsistente, limita a capacidade dos agricultores de melhorar a produtividade e de adoptar práticas agrícolas mais modernas. Essa limitação agrava a vulnerabilidade económica dos agricultores e perpetua a desigualdade no acesso a oportunidades de desenvolvimento económico.

A análise revelou ainda a importância das infra-estruturas e políticas públicas para assegurar os DESC dos pequenos agricultores. A ausência de um quadro regulatório eficaz e de políticas que estabilizem os preços agrícolas cria um ambiente de incerteza que desincentiva o planeamento a longo prazo e mina a sustentabilidade do sector. A falta de estruturas cooperativas também foi identificada como uma lacuna crítica, uma vez que a

organização em cooperativas poderia fortalecer o poder de negociação dos agricultores, reduzir a dependência de intermediários e facilitar o acesso a mercados mais equitativos. Estes pontos permitiram constatar que as condições enfrentadas pelos pequenos agricultores na Zambézia representam uma violação sistemática dos DESC, evidenciada pela exclusão financeira, exploração comercial e falta de acesso a condições equitativas de mercado.

9. RECOMENDAÇÕES

■ Estabelecimento de infra-estruturas de armazenamento: implementar a criação de centros de armazenamento em áreas estratégicas para mitigar as perdas pós-colheita, que representam um dos principais desafios enfrentados pelos pequenos agricultores. Estes centros devem ser equipados com tecnologia de conservação adequada, como sistemas de refrigeração e secagem, permitindo que os agricultores armazenem os seus produtos de forma segura e prolongada. Essa medida possibilita a venda em períodos de maior valorização, promovendo maior estabilidade de rendimentos e garantindo condições de trabalho dignas, contribuindo para a segurança alimentar e para o cumprimento dos DESC;

■ Implementação de preços mínimos garantidos: instituir políticas públicas que definam preços mínimos para os principais produtos agrícolas. Este mecanismo assegurará que os agricultores recebam uma remuneração justa, protegendo-os contra práticas abusivas e flutuações excessivas do mercado. Além de fomentar a justiça económica, essa medida proporciona previsibilidade financeira, essencial para planificação e reinvestimento, promovendo a sustentabilidade económica e protegendo os direitos fundamentais dos pequenos produtores;

■ Fortalecimento do associativismo e cooperativismo: promover o associativismo por meio de incentivos financeiros, acesso a crédito específico e programas de formação técnica para agricultores interessados em formar ou fortalecer cooperativas. As cooperativas agrícolas têm o potencial de transformar a

dinâmica do mercado, aumentando o poder de negociação colectiva e proporcionando acesso a mercados mais competitivos. Essa abordagem reduz a dependência de intermediários, cria oportunidades para aquisição conjunta de insumos a preços mais baixos e garante melhores condições para a comercialização, protegendo os agricultores contra a exploração económica;

■ Expansão do acesso ao crédito agrícola: desenvolver e implementar mecanismos de microcrédito rural com requisitos acessíveis e taxas de juro reduzidas, permitindo que pequenos agricultores financiem insumos, tecnologias e equipamentos essenciais para modernizar as suas práticas. Esta acção visa quebrar o ciclo de pobreza no sector agrícola, possibilitando maior produtividade e diversificação de culturas, enquanto reduz a dependência de mecanismos informais de financiamento que frequentemente agravam a exclusão económica;

■ Melhoria das infra-estruturas de transporte: investir na construção e reabilitação de estradas rurais que conectem as zonas de produção aos mercados urbanos e regionais. Estradas transitáveis reduzem significativamente os custos logísticos, facilitam o transporte de produtos agrícolas e aumentam a competitividade dos pequenos agricultores. Esta medida contribui para a redução de desigualdades regionais, fomenta o desenvolvimento económico e assegura que os agricultores tenham acesso directo aos mercados, promovendo a justiça social e económica;

■ Regulação de intermediários no mercado agrícola: estabelecer regulamentações específicas para monitorizar e limitar práticas abusivas de intermediários no mercado agrícola. Isso inclui a criação de um sistema de supervisão de intermediários, a imposição de regras claras para transacções comerciais e penalidades rigorosas para práticas exploratórias. Este conjunto de medidas visa garantir transacções mais justas, proteger os pequenos agricultores de monopólios e assegurar uma distribuição mais equitativa dos benefícios económicos ao longo da cadeia de valor agrícola;

■ Apoio à formação técnica e capacitação: criar programas de formação técnica para capacitar os agricultores em práticas agrícolas modernas, gestão financeira e técnicas de conservação do solo. Essas acções melhoram a eficiência produtiva, aumentam a qualidade dos produtos agrícolas e fomentam a adopção de práticas mais sustentáveis. A capacitação também deve incluir componentes sobre comercialização e acesso a mercados, permitindo que os agricultores desenvolvam competências que os ajudem a obter melhores rendimentos e reduzir a sua vulnerabilidade económica.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco Africano de Desenvolvimento. (2020). Relatório de projetos agrícolas na África Austral. Abidjan, Costa do Marfim: BAD.

Banco Mundial. (2019). Transforming agriculture for economic growth in Mozambique. Washington, DC: World Bank.

Banco Mundial. (2020). Relatório de Monitoria Agrícola em África. Washington, DC: World Bank.

Costa, A. (2020). Dinâmicas comerciais e vulnerabilidades agrícolas em Moçambique. Maputo: Centro de Estudos Económicos.

Devereux, S. (2020). Agricultural livelihoods and food security in Sub-Saharan Africa. Brighton, UK: Institute of Development Studies.

Flick, U. (2009). An introduction to qualitative research (4th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Food and Agriculture Organization. (2021). State of food and agriculture in Southern Africa. Rome: FAO.

Food and Agriculture Organization. (2022). Technological advancements and smallholder farmers in Africa. Rome: FAO.

Instituto Nacional de Estatística. (2022). Indicadores económicos de Moçambique: Agricultura e desenvolvimento rural. Maputo: INE.

Marshall, F., & Flynn, D. (2018). Strengthening cooperatives in agricultural markets: A global perspective. New York: Routledge.

Monjane, A. (2022). Práticas comerciais abusivas e seus impactos no sector agrícola em Moçambique. Maputo: Observatório Rural.

PNUD. (2023). Relatório de Desenvolvimento Humano de Moçambique: Sustentabilidade e inclusão. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Organização das Nações Unidas. (1966). Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Genebra: ONU.

Zavale, H., Mather, D., & Boughton, D. (2020). Smallholder agriculture in Mozambique: Challenges and opportunities. Maputo: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.